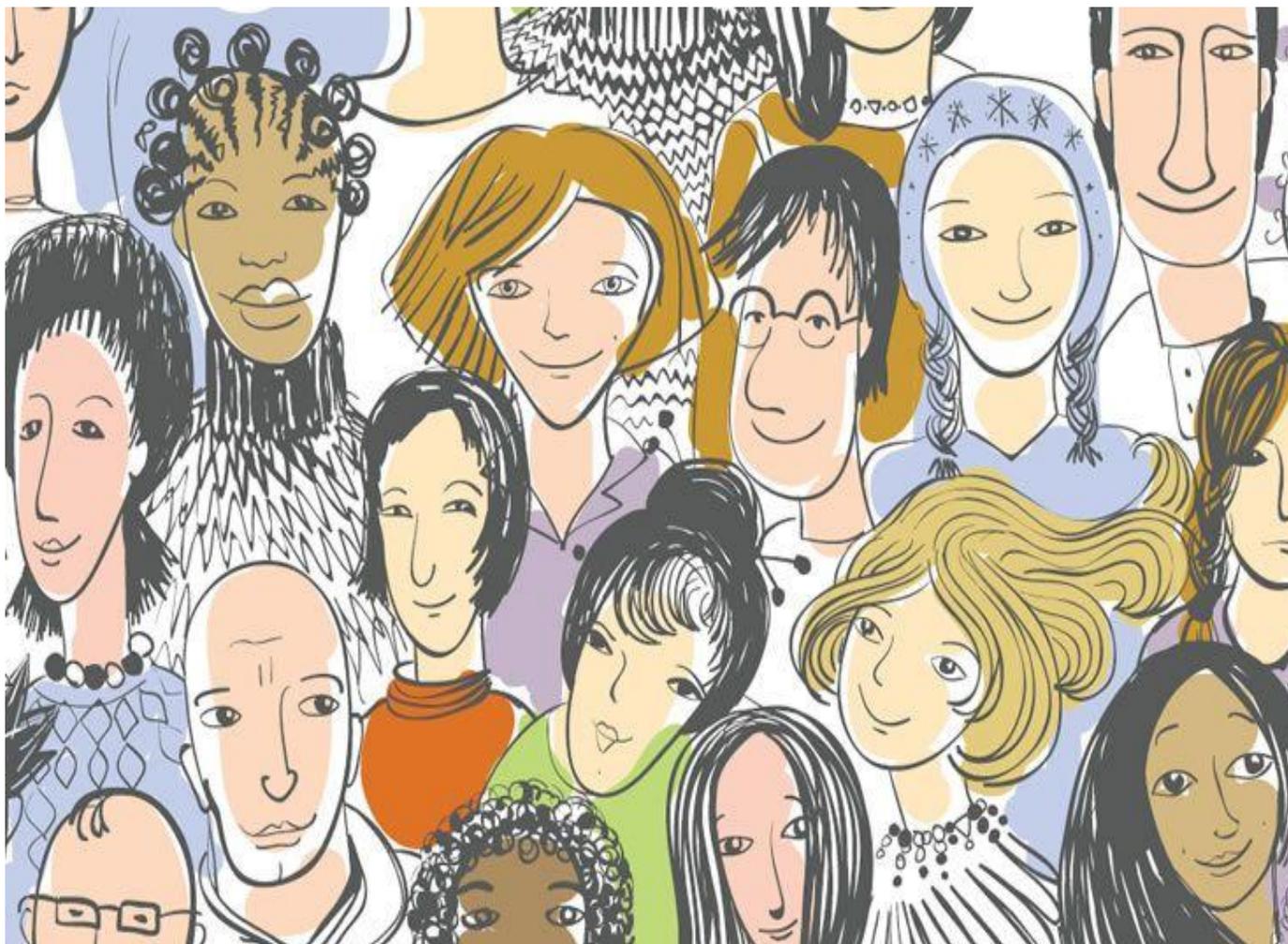


## Psicologia Social (SÉRGIO SENNA e EDINALDO RODRIGUES)

Estudos mostram quais são os mecanismos sociais e psicológicos que influenciam o aumento da ansiedade com a diminuição do espaço para viver, para realizar as compras e outras tarefas cotidianas



**COM A** aproximação do final de ano, muitas lojas e espaços comerciais começam a preparar a decoração de Natal. Isso nos remete às lembranças de nossas últimas compras de Natal e o quão sofrível pode ser essa atividade. Além disso, agrava-se a situação nos transportes coletivos dos grandes centros urbanos brasileiros, incapazes de comportar a quantidade de pessoas a serem transportadas nos horários de maior movimento. Muitas pessoas relatam uma elevada ansiedade diante dessas experiências. Será que essa percepção tem uma explicação científica?

Evidentemente que muitos fatores podem fazer parte da resposta a essa questão. A visão científica ocidental, normalmente, é bem fragmentada e parte de um ponto de vista de apenas alguns processos para explicar um fenômeno. Raramente utilizamos uma abordagem sistêmica, que possa integrar as diferentes razões pelas quais um fenômeno é observado.

Não ocorre de forma diferente com a ansiedade, que é um fenômeno multideterminado. Para desenvolvermos esse tema, partiremos da premissa de que coexistem processos psicológicos básicos e processos superiores (Valsiner, 2007). Os básicos são mais antigos, normalmente não conscientes e são diretamente relacionados com o funcionamento do sistema nervoso autônomo (SNA). Já os processos superiores nos diferenciam dos outros animais e são constituídos: (1) pela ação conscientemente controlada; (2) pela memorização ativa e (3) pelo pensamento abstrato (Vygotsky, 2007).

A maioria dos cientistas focaliza sua atenção em um ou outro conjunto de processos, devido à grande complexidade que enfrentamos ao considerarmos o psiquismo humano como um todo. Valsiner (2007) explica que a confusão tende a desaparecer quando entendemos que os processos básicos não prevalecem, necessariamente, sobre os superiores e vice-versa. sobretudo, atuam concomitantemente, de forma isolada ou articulada, e não há como generalizar qual deles prevalecerá ou funcionará como “orientador” principal de determinado comportamento. No caso da ansiedade por aumento da densidade populacional, fica clara a interação desses diferentes tipos de processos psicológicos.

**O artigo “Densidade populacional e patologia social” foi incluído como um dos 40 estudos que mudaram a Psicologia**

### Primeiros estudos

Os estudos sobre a ansiedade e a densidade populacional se iniciaram quando, em 1962, John Calhoun publicou, na revista *Scientific American*, um estudo de grande repercussão no meio científico. sob o título “Densidade populacional e patologia social”, são descritas as consequências do aumento da população de animais no experimento conduzido, o que os tornou agressivos, capazes de atacar sexualmente e de devorar os demais. o autor concluiu que a superpopulação coloca o indivíduo e o sistema social sob estresse, mecanismo responsável pela ansiedade e, em última análise, pela eclosão de episódios de violência.

A partir daí, o artigo “Densidade populacional e patologia social” passou a ser citado 150 vezes por ano, sendo incluído como um dos 40 estudos que mudaram a Psicologia (Hock, 2004). outras pesquisas foram realizadas para levantar quais poderiam ser os mecanismos sociais e psicológicos que influenciam o aumento da ansiedade com a diminuição do espaço para viver, para realizar as compras e outras tarefas cotidianas. Um exemplo é o estudo de Edward Hall sobre a percepção do espaço psicológico à volta, e as emoções que experimentamos a partir de seus reflexos em nosso comportamento.

**Calhoun foi o precursor nos estudos dos efeitos da superpopulação, no qual coloca o indivíduo e o sistema social sob estresse, mecanismo responsável pela ansiedade; seu valor histórico é irrefutável, entretanto existem estudos mais inovadores e atualizados na área**



**A ansiedade é gerada pela percepção de que os objetivos definidos pela pessoa podem não ser atingidos, o que produz incerteza e impele o sujeito a se adaptar, sendo obrigado a elaborar novas estratégias ou a lidar com a frustração**



**Com a aproximação do final de ano, muitas lojas e espaços comerciais se enchem de pessoas em busca dos presentes para seus entes queridos: uma experiência que pode ser bem sofrível por aumentar o nível de estresse**



#### • Densidade da população •

**John B. Calhoun foi um americano, etólogo e pesquisador comportamental conhecido por seus estudos sobre a densidade de população e seus efeitos sobre o comportamento. Ele alegou que os efeitos sombrios da superpopulação em roedores foram um modelo sombrio para o futuro da raça humana. Seu trabalho ganhou reconhecimento mundial**

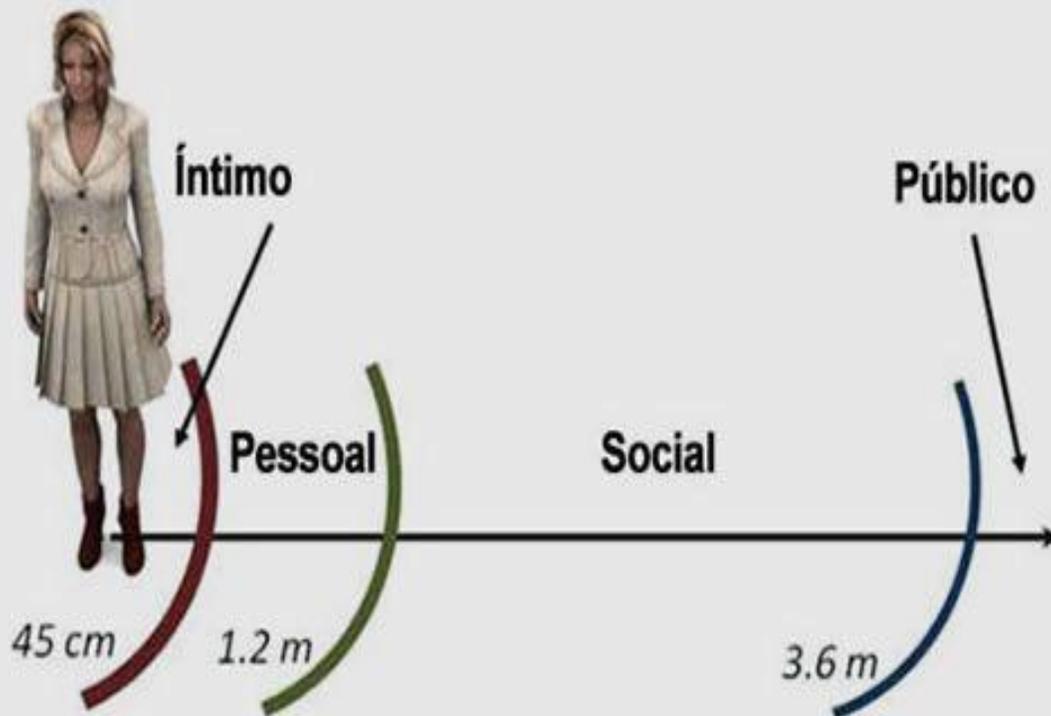
Segundo Hall (1990), cada um de nós tem uma percepção diferente na interpretação da distância que as outras pessoas mantêm durante a interação. Essas experiências podem variar de muito agradáveis e desejadas até impressões de insuportável desconforto. Isso não é diferente no caso das compras, do convívio com vizinhos e das situações no trabalho ou educacionais.

Não podemos ignorar que o nosso corpo é uma referência para o nosso psiquismo. Quando o assunto é espaço e a sua ocupação, o corpo ganha uma importância especial. Nossos sentidos são os principais responsáveis pela percepção das distâncias que devem ser mantidas. Além disso, durante o período de nossa socialização, aprendemos quais são as regras que devemos seguir nos ambientes coletivos. Então, há uma grande influência dos fatores culturais na percepção sobre as distâncias que devemos manter nas mais diversas interações sociais que desenvolvemos.

Nesse contexto, David Matsumoto (2006) apresenta algumas diferenças culturais em relação ao uso das distâncias, como os norte-americanos que interagem mais próximos que os europeus e os árabes, cuja distância de contato pode ser mais próxima ainda. Então, devemos estar alertas para o fato desse referencial não ser rígido, mas conter informação útil para avaliarmos as distâncias interpessoais e seus efeitos em nossos comportamentos.

### Limite do espaço íntimo

pesquisa inovadora de Hall permanece válida ao longo de todos esses anos e as distâncias observadas são mostradas no quadro:



Hall descobriu que há uma percepção muito negativa quando temos a presença intrusiva de alguém a menos de 45 cm de nós. Esse é o limite do "espaço íntimo" que, uma vez invadido, aumenta a nossa ansiedade e pode alterar severamente o nosso comportamento público. Esse é um dos motivos pelos quais evitamos sentar contiguamente a alguém desconhecido nos ambientes públicos, caso haja lugares disponíveis. O eminente pesquisador ainda categorizou o "espaço pessoal" (de 45 cm a 1,20 m) reservado para contato aproximado com amigos; o "espaço social" (de 1,20 m a 3,60 m) para o contato com pessoas conhecidas; e o "espaço público" (mais de 3,60 m). Durante os 40 anos que se seguiram às pesquisas de Hall, os estudos procuraram explicar a ansiedade causada pela influência da massiva presença de pessoas ao redor de nós pela compreensão de um elemento conhecido como "percepção de controle". Nesses casos, a percepção de controle é um entendimento subjetivo que uma pessoa tem quando experimenta as limitações ou interferências que um ambiente interpõe ao atingimento dos seus objetivos (WARD; BARNES, 2001).

**Segundo Hall, cada um de nós tem uma percepção diferente na interpretação da distância que as outras pessoas mantêm durante a interação**

## Luta por objetivos

Sob o ponto de vista dos processos psicológicos superiores e conscientes, a ansiedade é gerada pela percepção de que os objetivos definidos pela pessoa podem não ser atingidos, o que produz um cenário de razoável incerteza e impele o sujeito a se adaptar, obrigando-o a rapidamente elaborar novos objetivos e estratégias ou a lidar com a frustração e o fracasso.

Sob a óptica dos processos básicos, nosso sNa é ativado pela liberação de adrenalina, o que provoca uma sensação física de desconforto em muitas pessoas, ou que prepara outras para atingir seus objetivos mesmo empregando algum grau de violência. Dependendo do sujeito, a disposição de lutar para alcançar os seus objetivos (disparada por processos básicos) pode ser regulada pela obediência às normas sociais ou mesmo a certas normas pessoais internalizadas e mediadas por processos superiores (PIRES; BRANCO, 2008).

Entretanto, quando esses processos atuam concomitantemente, a sensação subjetiva experimentada pelos sujeitos no momento em que os eventos ocorrem é, normalmente, muito desagradável. Há, porém, experiências subjetivas diferentes no mesmo contexto. Uma pessoa pode se sentir muito bem em um evento cultural apinhado de espectadores. Nesse caso, a identidade com os demais participantes pode servir de elemento-chave para minimizar a percepção de intrusão causada pela diminuição das distâncias entre os participantes e a consequente alteração da percepção de controle. Isso pode mudar se os objetivos da pessoa forem ameaçados, como se ela quiser se posicionar próximo aos artistas que se apresentam e a consecução do seu objetivo for impedida por algum motivo.

Um aspecto importante para qualquer um de nós é reconhecer quando as circunstâncias ansiogênicas estiverem presentes, como no realizar compras em uma loja cheia, utilizar frequentemente meios de transportes coletivos superlotados ou ter a consecução de seus objetivos impedida pelo excesso de pessoas. Nesses casos, é necessário o máximo de atenção para a rápida elaboração de novas estratégias para realizar o que estava proposto ou alterar o meio de transporte, sabendo que a sensação física e mental pode não ser agradável nos ambientes superlotados e que a exposição prolongada a situações ansiogênicas é muito prejudicial à saúde física e mental.

## Reações fisiológicas

Quando tentamos compreender a ansiedade que surge no contexto da exiguidade de espaço, aumenta a importância da compreensão de que o nosso corpo é uma referência para o nosso psiquismo, e que os sentidos, juntamente com a modulação pelas regras sociais e pessoais, são os principais responsáveis pela percepção das distâncias que devem ser mantidas e pela forma como nossas emoções responderão a esses contextos.

Em uma mesma situação de proximidade, a pouca distância entre as pessoas pode ser uma experiência agradável ou até mesmo muito aversiva e ansiogênica. Tal percepção, aparentemente paradoxal, ocorre diante das interpretações subjetivas da pessoa que tem o seu espaço íntimo invadido, o que pode variar de algo muito desagradável, como em situações de assédio sexual, até experiências extremamente recompensadoras e prazerosas como o ato da amamentação de lactentes. Nesses casos, as reações fisiológicas experimentadas são reguladas pelos processos psicológicos superiores (ação conscientemente controlada; memorização ativa e o pensamento abstrato) que nos proporcionam dar significado a essas vivências de proximidade com outros seres humanos. Alguns trabalhos mais recentes (e.g. NOVELLI; DRURY; REICHER, 2010; TURNER et al., 1987) demonstram que as pessoas podem aceitar a proximidade de forma diferente quando elas se consideram membros do mesmo grupo. É o que a pesquisa moderna vem indicando no processo natural de aprimoramento da visão meramente etológica de calhoun (1962).

**Há uma grande influência dos fatores culturais na percepção sobre as distâncias que devemos manter nas mais diversas interações sociais**



### • Psicologia do desenvolvimento •

**Jaan Valsiner é psicólogo e professor da Universidade Clark (EUA) e um dos mais eminentes especialistas mundiais em Psicologia do desenvolvimento. O principal interesse de Valsiner é a organização cultural de processos mentais e afetivos no desenvolvimento humano durante todo o desenrolar da vida. Outros temas que lhe interessam são história da Psicologia como fonte de ideias para o avanço da disciplina e modelos teóricos do desenvolvimento humano**



**Durante o período de nossa socialização, aprendemos quais são as regras que devemos seguir nos ambientes coletivos – e isso difere de cultura para cultura. Os árabes, por exemplo, interagem mais próximos que europeus e norte-americanos**

## REFERÊNCIAS

- CALHOUN, J. B. **Population density and social pathology**. Scientific American, n. 206 (2), 1962.
- HALL, E. **The hidden dimension**. New York: Anchor Books, 1990.
- HOCK, R. R. **Forty studies that changed psychology: explorations in the history of psychological thought**. New York: Prentice Hall, 2004.
- MATSUMOTO, D. **Culture and nonverbal behavior**. In MANUZOV, V.; PATTERSON, M. (Eds.). Handbook of nonverbal communication. Thousand Oaks, Sage, p. 219-235, 2006.
- NOVELLI, D.; DRURY, J.; REICHER, S. **Come together: two studies concerning the impact of group relations on personal space**. The British Psychological Society. British Journal of Social Psychology, n. 49, p. 223-236, 2010.
- PIRES, S. F. S.; BRANCO, A. U. **Cultura, self e autonomia: bases para o protagonismo infantil**. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Brasília, v. 24, n. 4, p. 415-421, 2008.
- TURNER, J. C.; HOGG, M. A.; OAKES, P. J.; REICHER, S. D.; WETHERELL, M. S. **Rediscovering the social group: a self-categorization theory**. Oxford: Basil Blackwell, 1987.
- VALSINER, J. **Culture in minds and societies: foundations of cultural Psychology**. New Delhi: Sage, 2007.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 7a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- WARD, J. C.; BARNES, J. W. **Control and affect: the influence of feeling in control of the retail environment on affect, involvement, attitude and behavior**. Journal of Business Research, n. 54, p.139-144, 2001.

**SÉRGIO SENNA PIRES**, psicólogo, doutor em Psicologia pela Universidade de Brasília, presta assessoria institucional no Congresso Nacional e desenvolve trabalhos acadêmicos nas temáticas da análise da mentira e do comportamento não verbal.

**EDINALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA**, administrador, graduando em Gestão de Sistemas de Tecnologia da Informação, pós-graduado em Engenharia de Software. Integra a equipe de analistas do Instituto Brasileiro de Linguagem Corporal (IBRALC). **Revista PSIQUE, Março de 2013.**

## Bigelow na linha de sombra (LUIZ FELIPE PONDÉ)

**VEJO** você escrevendo em seu gabinete. Você mora num bairro de classe média alta de São Paulo. Pessoa sofisticada, você tem aquele sentimento que os outros são menos inteligentes do que você, sem deixar ninguém perceber porque está treinado a fingir modéstia.

Agora, imagine que você toma vinho, dá aulas e vê o olhar apaixonado das alunas brilhando ou o olhar convertido dos alunos acreditando piamente nos absurdos que você fala. Mas você fala apenas absurdos simpáticos à sua própria vaidade ou à vaidade de quem ouve você. Quando ouvimos você falar ou lemos o que você escreve, temos certeza de que você é "ético". A razão para existir esses intelectuais "para um mundo melhor" é fazer o mundo servir à vaidade deles e de quem se acha tão "ético" quanto eles. A ética é a baixa escolástica contemporânea: todo mundo fala, mas todos sabem que é "papo furado". Dizer-se ético é "self-marketing".

Você viaja a Paris ou a destinos semelhantes e frequenta universidades, galerias de arte, concertos de música erudita (desculpe, sei que a palavra "erudita" trai meu preconceito contra músicas horrorosas "do povo"). Você recebe inclusive financiamentos públicos para algumas dessas viagens e para escrever livros. E, com isso, espalha pelo mundo as ideias delirantes que tem em seu gabinete. Basicamente, essas ideias se caracterizam por não terem nada a ver com a realidade, mas portam aquele tipo de aparência que encanta: você é a favor de um mundo melhor e condena todo mundo que sabe que você mente.

Projetando a imagem de um coração puro indignado com a injustiça no mundo, às vezes você até esquece que, talvez, esteja processando alguém da família por um quarto e sala na Praia Grande ou em Higienópolis. Ou que trama contra inimigos ideológicos ou institucionais. Claro, este fato concreto nada tem a ver com suas firmes ideias de que, se o mundo fosse como você acha, todos seriam felizes e não seriam necessários Exércitos, polícia, advogados, e, principalmente, pessoas que discordam de você. As guerras acabariam, porque, óbvio, elas existem desde sempre apenas porque você ainda não tinha nascido no passado para iluminar a todos com sua "boa nova".

Ou, quem sabe, conseguiria calar a todos que não acreditam em você, aliás, como acontece normalmente com mimados e vaidosos como você. Sim, vi o filme "A Hora Mais Escura", de Kathryn Bigelow. Brilhante. Há muito que desconfio que o cinema americano depende de cineastas mulheres para sobreviver à pobreza de espírito, pois grande parte dos homens ficou covarde. O filme mostra tudo que existe para você e eu tomarmos vinho e viajarmos a Paris sem sermos explodidos por aí. Quem acha que o filme louva os "métodos" da CIA é porque não ainda atravessou aquela "linha de sombra" da qual faz referência o escritor Joseph Conrad: a linha que separa a infância da maturidade, ou, diria eu, que separa a vaidade da verdade.

O filme trata de pessoas que vivem na escuridão e com as mãos sujas, enquanto você posa de limpinho. Compare este filme com o "Munique", de Steven Spielberg. "Munique" narra um suposto plano para matar os terroristas envolvidos na chacina dos atletas israelenses nas Olimpíadas alemãs. Spielberg é um dos cineastas frouxos dos quais esperamos que Bigelow nos salve. Em "Munique" o protagonista (líder do grupo) tem uma crise de consciência ao final e abandona "o barco" da espionagem israelense, se refugiando em Nova York. Muito típico de gente como você.

Compare esse final com o final da protagonista de "A Hora Mais Escura" (a ruiva deliciosa Jessica Chastain). Sozinha, "the girl" (como seus colegas da CIA se referem a ela ao longo do filme) tem um avião só pra ela. O piloto do avião militar diz: "Você deve ser importante para mandarem um avião só pra você! Disseram para levar você para onde você quiser. Onde você quer ir?". Nossa deliciosa heroína não responde. Olha o vazio e derrama duas lágrimas. Um rosto sem vaidade. Um filme para gente grande que sabe que o vinho nosso de cada dia custa mais do que o preço que pagamos.

---

[ponde.folha@uol.com.br](mailto:ponde.folha@uol.com.br). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2013.**

## **O futuro da universidade pública no Brasil (ROGÉRIO CEZAR CERQUEIRA LEITE)**

**É HOJE** consenso entre intelectuais, governos e executivos de empresas que a universidade é componente essencial para o desenvolvimento das nações. Há uma correlação inequívoca entre a qualidade do sistema universitário e a qualidade de vida dos cidadãos de um país.

A universidade pública brasileira é, reconhecidamente, ineficiente, embora algumas tenham uma certa qualidade e outras contenham nichos de excelência. A ineficiência é ocasionada por uma convergência de fatores perniciosos, dentre os quais se destacam excessos burocráticos, corporativismo e diluição de autoridade e de responsabilidades. A divulgação recente de um bem-intencionado plano de carreiras e cargos do magistério federal provocou convulsões nos meios acadêmicos nacionais. A principal razão dessa revolta é a exigência de concursos de entrada exclusivamente no início da carreira, ou seja, na posição de auxiliar de ensino.

Isso certamente compromete a qualidade da universidade, porém é inevitável - decorre do regime jurídico do servidor público. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) registra, há mais de dez anos, uma experiência bem-sucedida com uma fórmula de gerenciamento inovadora, denominada Organização Social (OS). Ela é aplicada em vários de seus institutos de pesquisa. Soluções semelhantes têm sido experimentadas em setores de saúde e outros por diversos governos estaduais e municipais, com relativo êxito. A fórmula é simples. Um contrato, dito de gestão, é firmado entre governo e uma entidade privada, a OS, para gerir uma instituição.

Esse contrato estabelece objetivos e metas a ser alcançados em períodos de tempo estabelecidos. Limites podem ser afixados para recursos destinados a administração, a investimentos, a pessoal etc. Distribuição de recursos para diferentes áreas de atuação também podem ser decididos com flexibilidade negociada entre o governo e a OS. Com isso, é possível que se dimensione e até mesmo se interrompa a gestão.

Pesquisadores, funcionários e dirigentes são contratados no âmbito da CLT. Institutos (ou centros) ligados ao MCTI de origem recente foram facilmente convertidos em OS. Os mais antigos, como, por exemplo, o excelente Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada, passam por uma transição lenta e cuidadosa. Os membros originais são mantidos em suas categorias funcionais, mas pesquisadores e funcionários são contratados pela OS de acordo com a CLT. Previdência complementar é oferecida por cada OS. Uma transição para Organização Social da universidade pública não seria realizável em anos, mas apenas em décadas.

Talvez seja o momento de iniciar um projeto piloto e colher resultados. Estamos convencidos de que soluções que não mudem radicalmente a estrutura jurídica básica da universidade pública brasileira serão inúteis, pois o corporativismo interno não será neutralizado por medidas paliativas. Submetida ao atual regime jurídico, a universidade pública brasileira está condenada à mais impermeável mediocridade.

---

**ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE**, 81, físico, é professor emérito da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia e do Conselho Editorial da **Folha**. [ponde.folha@uol.com.br](mailto:ponde.folha@uol.com.br). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2013.**

## **Cotas em diálogo (LILIA SCHWARCZ, MARIA HELENA MACHADO e JOHN MONTEIRO)**

**O ESTRATÉGICO** e espinhoso assunto das cotas sociais e étnico-raciais está em pauta. Acaba de ser enviado aos docentes da USP (Universidade de São Paulo) o projeto Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (Pimesp), com um prazo exíguo de 30 dias para a manifestação da comunidade universitária.

Sabemos que as universidades estaduais paulistas estão atrasadas, sobretudo em relação às federais, no que tange ao ingresso amplo ao ensino superior público e de qualidade. No entanto, tal situação não justifica que, após anos de silêncio, sejamos levados a tomar decisões de afogadilho, que podem aprofundar os problemas que queremos corrigir. O projeto não traz autoria e vem recheado de números cuja origem não é indicada. Fica a impressão de um projeto apressado e preliminar, preparado sem dar ouvidos à comunidade acadêmica paulista ou aos movimentos sociais que vêm discutindo a questão da inclusão social e das cotas já há um bom tempo.

O projeto do Pimesp declara o objetivo de que pelo menos 50% das matrículas sejam preenchidas por alunos oriundos do ensino médio público e, dentre esses, 35% autodeclarados PPIs (pretos, pardos e indígenas). A proposta apresenta, no entanto, medidas problemáticas, que podem aumentar as desigualdades sociais e étnico-raciais, em vez de abrir caminho para diminuí-las. A medida mais problemática é a criação de um Instituto Comunitário de Ensino Superior (Ices), inspirado

no "Community College" norte-americano, que são faculdades de formação profissional e de educação continuada em cursos de dois anos. Não parece acertado que as universidades estaduais paulistas, centros de excelência reconhecidos internacionalmente, apropriem-se de maneira inadequada de um modelo que não se coaduna com nossas reais necessidades de inclusão.

Herman Tacasey/Folhapress



O Ices se propõe a oferecer cursos gerais de complementação da escolarização média e "formação sociocultural superior para exercício de cidadania". Ora, se queremos enfrentar as desigualdades, devemos começar por reconhecer os jovens de baixa renda e os PPIs como cidadãos que merecem e exigem muito mais do que uma extensão do ensino médio num formato paternalista. O que esses alunos almejam é participar da experiência universitária de nossos campi, de maneira plena e cidadã.

Ademais, tal proposta parece desconhecer o grau de inserção e desempenho dos alunos que entram em outras escolas pelo sistema de cotas. O risco é criarmos novos espaços de exclusão e distanciar o nosso ensino público da direção almejada por todos nós: a diminuição das desigualdades sócio-raciais. Segundo a proposta, os alunos da escola pública e os PPIs fariam esse curso, em grande parte, à distância. Nada justifica a implantação desse sistema para jovens alunos, carentes justamente das possibilidades que a convivência universitária pode trazer.

Finalmente, após dois anos, o Pimesp considera a possibilidade do aluno "incluído" ingressar na universidade real, "respeitando o mérito acadêmico". O Pimesp não oferece, pois, nenhuma garantia de acesso desse aluno ao sistema universitário integral e, pior, aqueles que conseguem completar os cursos, terão feito no mínimo seis anos de formação, com os dois cursados no Ices. Aprovado o Pimesp como está, não é difícil imaginar que continuaremos a ter universidades predominantemente brancas e elitistas, já que a inclusão se dará à distância.

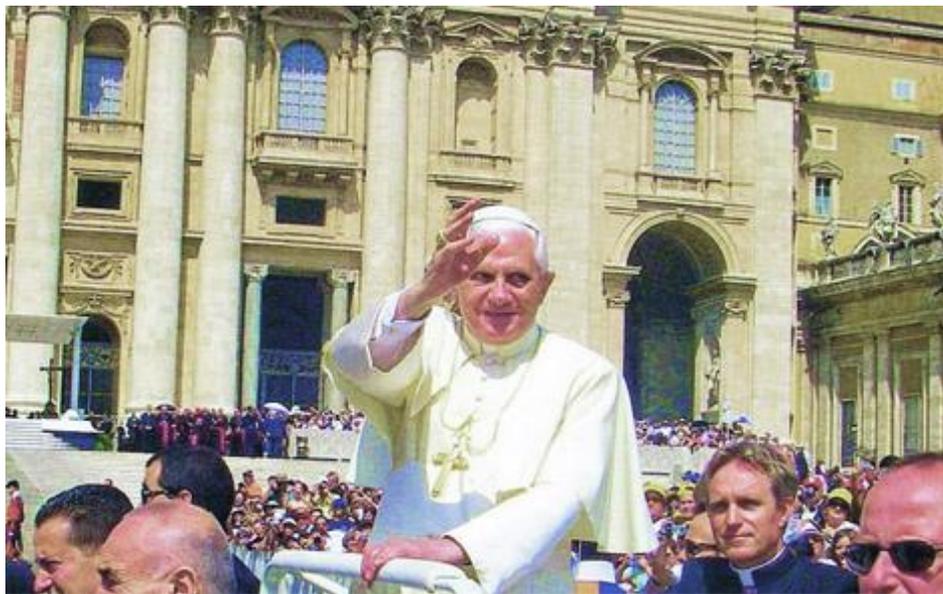
Consideramos, assim, premente a abertura de um amplo debate público nas universidades estaduais paulistas. É passo necessário para o processo de democratização e inclusão efetiva no ensino superior, meta que hoje o Brasil enfrenta como um dos seus maiores e mais profundos desafios.

---

**LILIA M. SCHWARCZ** é professora titular da Universidade de São Paulo (USP) e global professor da Universidade Princeton; **MARIA HELENA P. T. MACHADO** é professora titular da USP; e **JOHN M. MONTEIRO** é professor titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2013.**

## A última travessia (MAGNO VILELA)

A renúncia de Bento XVI pode ser vista como a continuação do árduo combate pela dignidade da fé



Na Praça São Pedro, no Vaticano, em 2007 (Foto: Marek Kosniowski/CC)

**NO DIA 11** de fevereiro, ao final de uma reunião pública com cardeais, convocada para outros fins, Bento XVI declarou, lendo um curto texto em latim, que renunciava ao “ministério de bispo de Roma e sucessor de São Pedro”. Fixou exatamente a data e a hora: 28 de fevereiro, 20 horas.

A notícia logo ganhou o mundo, surpreendendo a todos, suscitando reações e comentários de simples espanto, mas também de admiração e respeito pela coragem e grandeza de um gesto humilde e lúcido. Pode um papa deixar o cargo antes da hora da morte? Não temos todos na memória os sofridos anos finais de

João Paulo II, e não seria esse o exemplo a ser seguido?

Para Bento XVI, um papa pode e deve retirar-se quando “o vigor quer do corpo quer do espírito”, ao diminuir, afeta o exercício adequado do ministério; no seu caso, escreve ele, “tenho de reconhecer a minha incapacidade para administrar bem o ministério que me foi confiado”. Por isso, sabedor da gravidade do ato, mas em consciência “e com plena liberdade”, decidiu renunciar. A rigor, não há novidade em tal ato, pois está previsto no Código de Direito Canônico: “Se acontecer que o Romano Pontífice renuncie ao cargo, para a validade requer-se que a renúncia seja feita livremente, e devidamente manifestada, mas não que seja aceite por alguém” (Cân. 332, § 2).

Para o cardeal de Paris, André Vingt-Trois, Bento XVI quebrou um tabu ao romper com vários séculos de prática vitalícia do cargo; acrescentemos, por nossa conta: como se isso fosse determinação divina. Pouca notícia certa e segura tem a opinião pública de outras modalidades terminais do mandato pontifício.

Ou tinha, pois o assunto já vem sendo evocado, e o será ainda por algum tempo. Na verdade, na longa e complexa história da Sé de Pedro não faltaram deposições, abdições, desistências, destituições, deportações, prisões, e, em alguns casos talvez, mortes pouco naturais, ou seja, antes da hora, se assim se pode dizer. Mas renúncias – sendo a renúncia, por definição, um ato soberano e legítimo quando feito em plena lucidez e fora de qualquer tipo de pressão – foram poucas. Talvez duas, incluindo, sem sombra de dúvida e sem as sombras de certas dúvidas, a de Bento XVI. Diferentes casos de desistências pontifícias são registrados ao longo da história da Igreja católica, a saber: Ponciano (230-235), Martinho I (649-655), Bento V (964-966), João XVIII (1004-1009), Bento IX (1032-1044), Silvestre III (1045), Celestino V (1294), Gregório XII (1406-1415). As duas renúncias formais seriam, então, a de Celestino V e a de Bento XVI (2005-2013).

A atualidade tornou ainda mais significativo o fato de que, em 28 de abril de 2009, visitando a região de Áquila abalada por um terremoto, Bento XVI dirigiu-se à basílica de Collemaggio, onde se encontram os despojos de Celestino V, e colocou sobre a urna funerária o seu próprio pálio, símbolo do ofício pontifical. Em 4 de julho de 2010, visitando novamente a mesma região, Bento XVI presidiu a celebração pelo 8º centenário do nascimento de Celestino V e consagrou toda a sua homilia ao sentido da vida de Celestino V, apresentado como um “buscador de Deus” (cercatore di Dio) tomado em seu viver cotidiano, eremita que era, pelo “silêncio exterior, mas sobretudo pelo silêncio interior, para conseguir ouvir a voz de Deus, capaz de orientar a sua vida, e a voz dos homens”, sendo esse “o segredo de sua fecundidade pastoral”.

O que Bento XVI não disse na ocasião, mas a história assinala, é que Celestino V foi eleito papa já octogenário, e só suportou o peso do ministério por cinco meses. Em dezembro de 1294 anunciou publicamente, diante do colégio cardinalício, que renunciava ao pontificado, invocando a sua fragilidade física e intelectual ante a exigências do cargo, e manifestando o desejo de voltar à vida eremítica. Mas nos dois anos que lhe restavam viver, Celestino V não teve exatamente o sossego que esperava: seu sucessor, Bonifácio VIII, praticamente o manteve prisioneiro, por motivos que tinham a ver com eventuais questionamentos da legitimidade da renúncia, e, por conseguinte, da sucessão. Em 1313, Celestino V, de nome civil Pedro de Morrone, foi canonizado por Clemente V.

Bento XVI torna-se agora o último papa a ter participado do Concílio Vaticano II: de 1962 a 1965, o jovem Ratzinger foi um operoso e competente peritus conciliar, como atesta, por exemplo, o testemunho fidedigno que dele deu seu colega de trabalho, o dominicano Yves Congar, em muitas das mil e tantas páginas redigidas na vivacidade do instante e publicadas

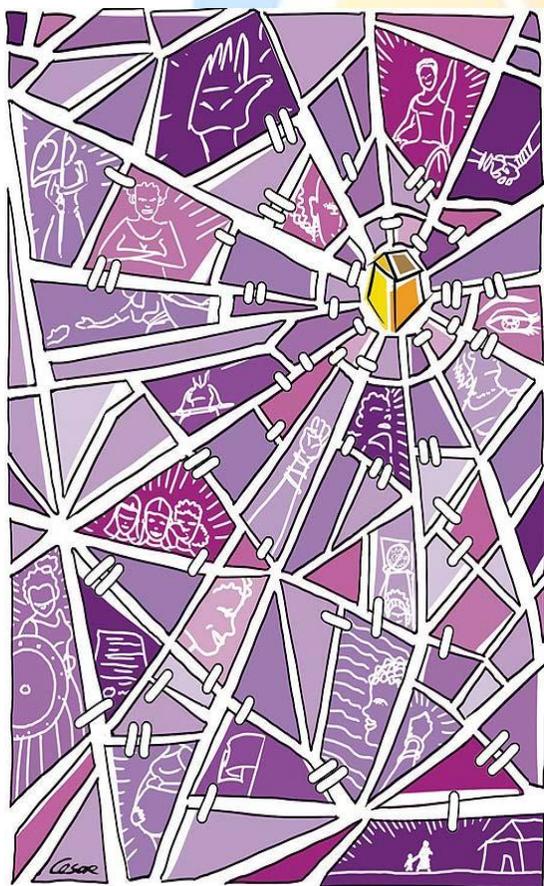
sob o título *Meu diário do Concílio* (*Mon journal du Concile*). Em dezembro de 2005, já como Bispo de Roma, o octogenário Bento XVI, em seu primeiro discurso à Cúria Romana, manifestou claramente o seu apego ao Concílio que “pode ser e tornar-se cada vez mais uma grande força para a renovação sempre necessária da Igreja”. Por sua longa experiência e respeito, ele sabia do que estava falando, pois conhece por dentro a letra e o espírito dos documentos conciliares. E sabe que para a tradição cristã “até a ordem das palavras é um mistério”, como lembrou citando S. Jerônimo numa das Audiências que consagrou a esse escritor conhecido por sua “competência de estudioso e ampla erudição”.

Não é, portanto, mero acaso que tenha sido justamente diante da Cúria e no início de seu pontificado que Bento XVI se pôs a falar, atento à ordem e ao sentido das palavras, sobre a renovação sempre necessária da Igreja: tal expressão corresponde literalmente, em latim, a um antigo axioma cristão – *Ecclesia semper reformanda* (A Igreja deve ser sempre reformada) – que ainda transita com dificuldade na complexa vastidão do catolicismo romano. Renovação que só se pode fazer pelo testemunho de vida dos cristãos, sustentados pela fé que proclamam, longe de toda e qualquer hipocrisia religiosa, como Bento XVI tanto insistiu até o fim de seu ministério. De algum modo, como para seu predecessor Celestino V, sua renúncia é a continuação desse árduo combate pela dignidade da fé, agora no silêncio exterior e interior.

---

**MAGNO VILELA** é professor de História do Cristianismo. **Revista CULT, Março de 2013.**

## **Basta de violência contra a mulher (ELEONORA MENICUCCI)**



**AS BRASILEIRAS** já contam com um marco legal de enfrentamento à violência saudado pela Organização das Nações Unidas como uma das legislações mais avançadas do mundo, a Lei Maria da Penha.

Temos ainda a Central de Atendimento à Mulher Ligue 180, o Pacto de Enfrentamento à Violência com Estados e Municípios, a indenização regressiva (por meio da qual os agressores são obrigados a ressarcir ao INSS as indenizações pagas pelo Estado às vítimas ou a seus dependentes), o 2º Plano de Combate ao Tráfico de Pessoas e os centros especializados de fronteira. Faltava consolidar a rede protetiva que integrasse os serviços e qualificasse o acesso. Não falta mais. A presidenta Dilma, que falou firme com os agressores ao deixar claro no seu pronunciamento no Dia Internacional da Mulher que a maior autoridade neste país é uma mulher, lança hoje, no Palácio do Planalto, a Rede Integrada de Atendimento às mulheres vítimas de violência de gênero.

Fecha-se, assim, o círculo virtuoso de atendimento que aponta para a redução dessa pandemia social. Essa rede oferecerá todos os serviços já disponíveis, atualmente dispersos, e outros tantos novos, a partir de agora de forma integrada. Estarão reunidos num mesmo prédio, especialmente desenhado para um acolhimento respeitoso e que será implantado inicialmente nas 27 capitais, desde que os governos estaduais adiram ao plano. Nesse prédio, do Centro Especializado Integrado de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, funcionarão as delegacias da mulher, as defensorias, os juizados ou varas, as promotorias, defensorias e os serviços de assistência psicossocial. Os serviços de saúde e de assistência social (centros de assistência social, de acolhimento e abrigo) e o Instituto Médico Legal serão integrados aos centros por um fluxo de transporte que os ligará na medida da necessidade das vítimas.

A novidade é que a esses se somam a orientação para o trabalho, emprego e renda e o espaço de recreação para as crianças que acompanhem as mulheres. Ou seja, as atendidas nessa rede disporão não mais apenas de uma porta de entrada, mas também, a partir de agora, de um acompanhamento integral e de uma porta de saída. A porta de entrada poderá ser pelo Ligue 180, pelos serviços de saúde ou pelas delegacias da mulher. Com a rede integrada, a vítima passa a encontrar em um mesmo espaço todos os serviços de uma só vez, em vez de peregrinar em busca de cada um deles.

Outra vantagem da rede é o acompanhamento integral. Muitas vezes, a mulher sente medo e vergonha e demora até tomar a decisão de procurar um desses serviços. E, por dificuldades de acesso aos demais, atualmente dispersos em diferentes pontos das cidades onde vive, ela nem sempre retorna. Então, o serviço a perde. Uma das consequências tem sido, algumas vezes, a notícia de mais uma mulher assassinada. Assim, um serviço muito importante no centro é a recuperação da dignidade cidadã. Garantir-se a defesa e a segurança e cuidar dos ferimentos causados na dignidade das

vítimas é fundamental, mas não basta. É necessário um passo adiante. Isso porque essa mulher precisa tomar ou retomar em suas mãos a condução de sua vida e sua condição de sujeito de direitos.

É por isso que, no espaço da rede integrada dos serviços públicos, haverá a orientação e qualificação profissionais. Essa será a porta de saída. Com mais esse investimento nas cidadãs, o governo federal comprova sua obsessão em eliminar a desigualdade de gênero na sua faceta mais cruel.

**ELEONORA MENICUCCI**, 68, é ministra-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2013.**

## Reality Show: mais real do que se gostaria (LUÍS BRASILENO entrevista SÍLVIA VIANA)

Enquanto estudava a exploração no mundo do trabalho, a socióloga Silvia Viana enxergou aquilo que estava pesquisando nos reality shows. O tema virou seu doutorado e foi lançado o livro *Rituais de sofrimento*, no qual ela revela que a sociedade tem mais semelhanças com o ambiente cruel e brutal dos BBBs do que se imagina.



**DIPLOMATIQUE**— Seu livro traça uma relação entre as transformações no mercado de trabalho nas últimas décadas e os reality shows. Como o fim do pleno emprego dos anos 1970 influencia o formato dos programas?

**SÍLVIA VIANA** — O capitalismo flexível foi parido com um mito e uma ameaça. Mito: a revolução molecular-digital aumentou a produtividade das empresas, que passaram a dispensar força de trabalho. A exclusão tornou-se o pesadelo, necessário e irreversível, de um exército de “inúteis para o mundo”. Mas, ainda segundo a lenda, a exclusão não é arbitrária: apenas o trabalho repetitivo e “material”, passível de substituição por máquinas, é descartável; aos trabalhadores dos setores criativo, informacional, comunicacional etc., há ainda um espaço bem estreitinho no panteão dos empregados. Cabe à fração supranumerária se reciclar para conseguir ser incluída; da outra é esperada a mesma atitude caso não queira ser eliminada. Ameaça: adapte-se ou... Quanto ao mito, ainda há muita crítica ideológica por ser realizada, façamo-lo em parte e em linhas gerais. Em primeiro lugar, não se trata de pura mentira: a eliminação dos empregos foi real e brutal, o que está longe de significar que o trabalho foi eliminado; pelo contrário, as novas formas de organização desorganizada do

capitalismo abriram as portas para uma exploração literalmente desmedida por meio de expedientes tais como a terceirização, a informalidade, o trabalho temporário etc. O trabalho perdeu sua mediação pública, mas não sua utilidade para a criação, e apropriação, de valor. Por sinal, em sua privatização, ele pôde ser ampliado e intensificado sem que isso aparecesse como a afronta que é. Sendo assim, a exclusão é a imagem distorcida da deriva permanente e descontínua da força de trabalho completamente mobilizada. E a aparente dualidade do mundo do trabalho não é mais que a distribuição a conta-gotas daquilo que se converteu em mercadoria de luxo: a carteira assinada – e nisso não se diferenciam os operadores da máquina computador dos da máquina de costura (não apenas nisso, mas deixemos a discussão a respeito dessa distinção para outra ocasião). Contudo, a crítica ideológica clássica não basta. Mesmo que saibamos que, infelizmente, não existe um “lado de fora” do capitalismo, permanecemos agindo como se vivêssemos à beira do abismo. O medo da exclusão paira como um fantasma, incapaz de ceder mesmo às variações no índice de desemprego. Isso porque, mais que um discurso, a eliminação tornou-se um ritual ao qual estamos permanentemente submetidos; esse ritual tem a forma da seleção, seja ela de “fora para dentro”, nos incontáveis processos seletivos pelos quais passamos ao longo da vida, seja de “dentro para fora”, na triagem em que se converteu o próprio trabalho sob incessante avaliação. Não é à toa que os reality shows têm a forma preferencial da seleção – e, quando não a têm, ela está pressuposta. O “paredão” é a ritualização desse descarte “necessário e inelutável”, contra o qual é necessário se mobilizar, aceitar quaisquer provas, lutar e, principalmente, participar sempre. Mesmo que os participantes tenham plena consciência de que se trata de um programa de TV, cuja jornada tem data para acabar, eles agem como se aquilo fosse, de fato, o jogo de aniquilação que a propaganda alardeia; eles agem como se estivessem diante do batalhão de fuzilamento. Eles são os temporários da fama, agindo compulsivamente para não ser demitidos por déficit de empreendedorismo entretenedor.

**DIPLMATIQUE**– *Por que os reality shows seriam inviáveis até o fim da década de 1970?*

**SILVIA VIANA**– Por causa da ameaça por trás do mito. Enquanto, sob o fordismo, o horizonte de expectativas se limitava à já esquálida promessa de conforto e segurança, o mundo contemporâneo não promete absolutamente nada: mesmo que você seja “flexível”, supere “desafios”, vença suas “batalhas”, ainda assim deve continuar a fazê-lo ou perecerá. É como se, em outros tempos, a voz do mundo afirmasse: “O que está dado é bom e é bom porque está dado”, e agora não deixasse de repetir: “O mundo é cruel, adapte-se a isso e busque sobreviver”. Em ambos os casos, qualquer forma de transcendência social está fora de questão; contudo, se antes o bem-estar era a ideologia que recolocava o mundo tal como é – lembrando sempre que o *welfare* não chegou a se realizar completamente aqui entre nós, periferia, não obstante, vivíamos sob a mesma promessa –, agora é a truculência o caminho para sua ratificação. Por isso os reality shows são próprios ao nosso mundo, eles acabaram com o *happy ending*, pois não há fim, eles são brutalidade em forma de programa, são mal-estar enlatado.

**DIPLMATIQUE**– *Você conta que a ideia do livro surgiu num período de pesquisa sobre trabalho flexível. Como foi esse processo? Os rituais de sofrimento dos reality shows também são reproduzidos nos locais de trabalho? Você pode dar exemplos?*

**SILVIA VIANA**– Enquanto a brutalidade dos reality shows é escancarada e ninguém parece se importar com isso (ainda outro dia, enquanto zapeava a TV, escutei parte de uma chamada do *A fazenda*, na qual o narrador dizia: “O cerco fecha, o medo aumenta...”), o sofrimento que se desenrola no mundo do trabalho não tem visibilidade em razão de sua privatização. Apenas quando esse mal nosso de cada dia toma proporções de “escândalo” podemos entrever o que se passa a portas fechadas, como no caso dos suicídios de trabalhadores da France Telecom. Tais casos não são a exceção, mas a regra do trabalho no capitalismo flexível, como apontam inúmeros estudos da sociologia do trabalho a respeito dos mais diversos setores produtivos. As avaliações nas empresas, por exemplo, não passam de delação premiada; processos seletivos se tornaram gincanas, das mais às menos humilhantes, todas elas despropositadas; o assédio moral entre trabalhadores se tornou problema estrutural; isso para não falar nas tantas gambiarras jurídicas a fim de burlar as leis trabalhistas... E a criatividade dos gestores para arrancar até a última gota de mais-valia e obediência é, de fato, impressionante: um amigo que trabalhou no telemarketing me contou que tinha seus horários de ir ao banheiro controlados pelo computador. Disse-me também que, certo dia, um de seus colegas não conseguiu “gerenciar” seu tempo biológico e urinou na estação de trabalho, sendo prontamente ridicularizado pelos demais. Há alguns meses fui a um dos principais rituais corporativos: uma palestra motivacional. O cerimonial foi oferecido por uma empresa que fabrica e comercializa cursos de inglês, e era voltado para seus vendedores. Após muitos ritos *nonsense*, aos quais as pessoas respondiam eufórica e mecanicamente, foi anunciada, pela diretora executiva, a grande novidade gerencial para o semestre: os trabalhadores que mais cursos vendessem ganhariam uma viagem para o Nordeste; as despesas, contudo, ficariam por conta dos “perdedores”. Um dos relatos mais impressionantes que eu li foi de Cristophe Dejourn, que contou de um processo seletivo no qual os aspirantes à vaga receberam cada qual um filhote de gato para cuidar por alguns dias. Passado esse tempo, receberam a ordem de matar os gatos a fim de mostrar o comprometimento com o almejado emprego. E paremos por aqui, pois a coisa vai longe e é nauseante. Após ler a respeito, fazer algumas entrevistas, escutar incontáveis casos como esses e até vivenciar coisas do gênero, não foi difícil enxergar aquilo que eu estava pesquisando quando assisti, pela primeira vez, a um episódio do *Big Brother Brasil (BBB)*. Era o episódio do “quarto branco”, no qual três participantes passaram por uma sessão martirizante de privação de sentidos. Quando findo o suplício, com a eliminação sumária de um rapaz que entrou em colapso nervoso, o

apresentador voltou-se para os demais participantes e lhes atirou uma pergunta retórica: “Vocês acham que o *BBB* é colônia de férias?”. “Não”, responderam todos em uníssono. Não, é trabalho. Trabalho flexível, explorado e degradado.

**DIPLMATIQUE**– *Seu livro afirma que o aparato de seleção (e eliminação) é o show, não os participantes. Como isso acontece?*

**SILVIA VIANA**– Isso é algo bastante fácil de constatar: após o término das diversas temporadas dos inúmeros programas, ninguém se lembra dos nomes dos participantes. A própria indústria não nos deixa esquecer o esquecimento daqueles personagens aos quais, ao longo de poucos meses, nos apegamos com suposto ardor. O aspecto descartável dessa nova categoria de fama não é apenas reconhecido publicamente, mas também alardeado pelo aparato e acaba por se tornar objeto dileto de escárnio. O fato de as estrelas da indústria cultural serem produtos cuja obsolescência é pré-programada não é novidade: nos quadros de [Andy] Warhol, a mesma pincelada apresenta Marilyn Monroe e latas de sopa. A novidade está no fato de as latas serem mostradas já enferrujadas. Quando um programa apelida uma de suas dançarinas de “mulher-samambaia”, mais que nomear a nulidade da função, aponta para seu caráter perecível – o mesmo pode ser dito das demais mulheres-fruta: perecíveis e intercambiáveis, carregam na designação o fim da era da pseudoindividualidade que sustentava o estrelato. Mas, se a indústria cultural como um todo se tornou ainda mais cínica, os reality shows vão além e ritualizam o descarte, a cada rodada, em seus “paredões”. Como afirma o diretor do *BBB*: trata-se de um jogo de aniquilação, de “cortar cabeças”, no qual a queda é a nova estrela. Passados para segundo plano por aparecerem em sua equivalência, os trabalhadores dessa “novela da vida real” nada mais são que o combustível para uma máquina que nada produz senão a própria queima – essa, sim, arde, brilha, perdura e aparece como única protagonista.

**DIPLMATIQUE**– *O ambiente dos reality shows parece aproximar-se da distopia descrita no “Big Brother” de George Orwell mais pelo caráter totalitário das regras do que pela vigilância das câmeras em si. Qual é o sentido dessa arbitrariedade brutal?*

**SILVIA VIANA**– De fato, o aparato de vigilância em si pouco significaria se não estivesse conformado por uma estrutura ideológica que aponta para o que deve ser objeto de observação. Se os reality shows não tivessem a forma fantasmática de “desafios”, assistir a eles seria um tédio, ou uma experiência estranha, como é assistir ao filme *Sleep*, de Andy Warhol. Por exemplo: no episódio do “quarto branco”, um rapaz foi impelido a uma sessão de tortura e ainda teve de levar dois participantes com ele. Quando questionado pelo apresentador a respeito do “pior do quarto branco”, afirmou que foi levar para lá seus companheiros. Ele foi, então, prontamente interrompido: “Mas isso é um fator externo ao quarto branco. Quero saber do pior na permanência no quarto branco”. A fantasia regula o que está “dentro” ou “fora” de questão, nesse caso, o sofrimento da provação é objeto de devassa, o sofrimento por fazer o outro sofrer é irrelevante e deve ser silenciado. Por isso mesmo é necessário distinguirmos a distopia orwelliana do objeto com o qual nos ocupamos. Em *1984*, a vigilância é, de fato, total; dela absolutamente nada deve escapar, em especial a dimensão afetiva dos personagens. Winston apenas se vê completamente assimilado quando, após a tortura à qual é submetido, passa a amar verdadeiramente o “Grande Irmão”; paradoxalmente, é nesse mesmo momento que ele pode dar-se ao luxo, sem medo de represálias, de ser relapso em seu trabalho de fabricação de mentiras. Ora, o amor pelo nosso *Big Brother* é bem mais relativo. O próprio pai do diretor do programa, também ele figurão da emissora que fabrica o produto, afirmou se tratar de “meia hora de uma literatura de quinta categoria”. O nó de nossa dominação tem sentido oposto àquele de Orwell: não acreditamos de fato, mas permanecemos fazendo, e, quanto mais participamos, mais irrelevantes se tornam nossas crenças – e, o pior, nossas críticas. Um dos principais mecanismos para a produção de tal distanciamento é a arbitrariedade das regras – na verdade, não se trata de regras, mas de decretos estabelecidos segundo as circunstâncias particulares, e não de acordo com princípios. Se há uma obra que captura com precisão o funcionamento dessa estrutura ensaboada é a de Kafka, não de Orwell – em *1984*, as leis, ainda que tácitas, são fixas, conhecidas e inculcadas. Em *O processo*, as regras são “tão diferentes, tão múltiplas e sobretudo tão secretas que, de modo nenhum, são conhecidas fora de certas famílias”. No *Big Brother*, os prisioneiros devem ficar em pé, segurando uma corda por horas a fio, sem saber da finalidade da prova; um participante deve assumir o papel de sabotador, sem saber o que sabotar e qual castigo receberá caso não o faça; metade de um grupo é desalojada, da casa para o jardim, porque o “povo assim decidiu”; um terceiro deve se vestir de galinha e cacarejar quando um sinal toca, ou alguma coisa ruim acontecerá; alguém deve deixar a casa para ir à Sapucaí por ter atendido a um telefonema, enquanto outro é eliminado, sem votação popular, por não ter resistido à tortura; e todos devem “jogar”, sabe-se lá fazendo o quê, ou... Por serem mandamentos obscuros, da ordem do imponderável, as regras devem ser cumpridas com o maior rigor. E, quanto mais nebuloso seu sentido, maior a compulsão em seu cumprimento.

**DIPLMATIQUE**– *Os defensores da baixaria na televisão costumam alegar que a programação atende aos anseios do público. Em seu livro, você descreve como os reality shows são também uma expressão da sociedade atual. Afinal, a balança da perversão pesa mais do lado dos produtores ou dos espectadores?*

**SILVIA VIANA** – Acho que já passamos da hora de abandonar as leituras moralistas a respeito do que é produzido pela indústria cultural, ou a crítica não apenas será conservadora como permanecerá inócua. As infimas polêmicas a respeito da baixa qualidade estética dos programas e de seu desprezo completo por qualquer coisa que seja minimamente digna estão pressupostas pelo show antes mesmo que possamos esboçar o primeiro grito indignado de “baixaria!”. Uma forma mais sofisticada de rejeição moralista dos reality shows é a alegação de que tanto aqueles que participam quanto aqueles que os

acompanham o fazem em razão de alguma forma de perversão: sadismo, masoquismo, exibicionismo, voyeurismo... Desse modo, a crítica perde de vista a dimensão propriamente social do fenômeno; perde de vista uma forma de dominação que é estrutural – além, é claro, de recolocar o já antigo rebaixamento da “massa” em contraposição à “elite cultural”. Ao contrário do que os próprios programas se esmeram em provar, os participantes são pessoas comuns e, mais importante, agem da forma que agem (machucando-se uns aos outros e se martirizando a si mesmos) como se cumprissem funções ordinárias. A isso Hannah Arendt chamou “banalidade do mal”: eles não praticam o mal levados por motivações políticas, religiosas, estéticas ou por prazer; pelo contrário, as provas, absurdas e desagradáveis, assim são descritas por eles e assim são vivenciadas, como a profusão de lágrimas sublinha a cada episódio. O mal é encarado como um mal necessário ou, como afirmou certa vez um ex-participante: ser filha da puta é parte do contrato; deve-se cumpri-lo. O mal é assimilado como parte de um trabalho, uma função como outra qualquer, cujos efeitos colaterais – em especial a dor de fazer mal aos outros – são minimizados mediante a própria justificativa: “Só estou cumprindo minha tarefa”. Nos patamares acima do chão de fábrica, a lógica não é tão diferente, apesar de a justificativa ser, a cada degrau, mais indecente – o apresentador de *A fazenda* disse, em entrevista a um programa de sua própria emissora, que chorava todos os dias em casa, quando findo seu expediente. Já as diversas empresas realizadoras de reality shows têm por finalidade única a geração de lucro – tudo mais é meio para sua realização. Esse seria, talvez, o único nível em que se pode dizer que há perversão pura: como um sistema que busca aniquilar toda a materialidade, e por ela tem total indiferença, tendo em vista tão somente sua autorrealização, o capitalismo é perverso.

**DIPLOMATIQUE**– *Seu livro relata que os reality shows constroem um clima de ausência completa de solidariedade, em que os participantes são empreendedores da aniquilação uns dos outros e promovem uma inversão de valores, na qual o bem se converte em tentação e a covardia vira coragem. Qual é o papel político-ideológico desse processo de naturalização e valorização do terror?*

**SILVIA VIANA**– Um dos meus primeiros estranhamentos com o *Big Brother Brasil* foi o modo como o apresentador se refere aos enclausurados: “meus heróis”. E a cada semana um “perdedor” é congratulado por seus familiares e pelo apresentador com a frase “você já é um vencedor por ter chegado até aqui”. Não obstante toda a discursão belicosa a respeito da “batalha”, da sobrevivência do mais forte, da necessidade de “vencer a qualquer custo” etc., todos são vencedores? Essas não são palavras de conforto ou condescendência, mas o reconhecimento social do sacrifício ao qual, de fato, eles se submetem. Contudo, de que sacrifício se trata? Os participantes não apenas suportam o isolamento, a convivência forçada, as humilhações e torturas, como devem assumir a horrível tarefa de levar aqueles que se encontram na mesma situação ao cadafalso, através do voto. O maior sacrifício é aquele de cometer com as próprias mãos o trabalho sujo para o qual foram contratados: a seleção. Para que a tarefa seja cumprida, renuncia-se ao próprio juízo mediante inúmeras modalidades de defesa psíquicas que garantem a conquista da indiferença; um processo verdadeiramente doloroso. Ao mesmo tempo, quando a injustiça social se converte em sistema, ser solidário se torna, como você bem colocou, uma tentação à qual se deve resistir, pois é sinal de fraqueza ou burrice. Em *America’s Next Top Model*, uma moça foi eliminada por ter acudido uma colega que estava em choque ao ser alçada por um guindaste em uma sessão de fotos: ela se distraiu de sua tarefa, carne fraca, demitida. Essa inversão de valores só é possível com uma metamorfose anterior: quando o mal é assimilado como uma missão ou um trabalho. Não se trata, portanto, de coragem, pois a ação é necessariamente heterônoma, fruto da mais estrita obediência. Apesar do risco psíquico contra o qual os colaboradores se defendem mediante a virilidade, trata-se de uma fuga do verdadeiro risco, a recusa. Nossos heróis são os mártires da impotência. O ganho político para a classe dominante é incalculável: cria-se uma sociedade de *kapos*, na qual vítima e violentador se confundem entre os explorados, e os donos da bola não precisam sujar as mãos. No programa *O aprendiz* isso apareceu de forma cristalina quando um candidato à vaga de executivo questionou o próprio processo seletivo – no qual a transparência de baixo para cima é total e as trevas de cima para baixo, absolutas – e foi, então, repreendido com as seguintes palavras: “O único inimigo que vocês têm aqui dentro são vocês entre si. Seu oponente está sentado ao seu lado. Se proteger da gente? Isso não tem cabimento!”. De-mi-ti-do.

**DIPLOMATIQUE**– *Em diversas ocasiões seu livro faz referências ao nazismo e traz relatos dos campos de concentração. Os reality shows são uma expressão de fascismo? Os programas indicam que a sociedade caminha nessa direção?*

**SILVIA VIANA**– Do mesmo modo que devemos tomar cuidado com o termo “totalitarismo” – que muito abarca e pouco explica – é preciso ter muita clareza ao fazer tal analogia ou corremos o risco de o tiro sair pela culatra. Um dos livros de autoajuda para-a-vida-profissional, que eu cito em meu estudo, oferece uma espécie de “lição de vida” de uma sobrevivente de Auschwitz para aqueles que buscam “sobreviver” no mercado de trabalho em nossos dias. A ideia de que habitamos um mundo de escassez, no qual a vida deve se resumir à luta pela sobrevivência, é a medula de nossa ideologia. Há, contudo, algumas características comuns que, guardadas as devidas mediações, podem iluminar a pergunta a respeito da reprodução bizarra de ambos os mundos, a começar pela bizarrice em si. Tratemos aqui de duas entre elas. Em primeiro lugar, o sistema nazista forjou uma nova forma de ideologia que dispensou a justificação racional da dominação. Ao contrário do que se costuma pensar, não era o ideário disparatado de seus líderes – capaz de abarcar os mais variados paradoxos, tais como a exaltação da indústria e a mitologia do retorno ao campo – a fonte da obediência, mas a forma ritual em que se converteu a organização social. Não são poucos os relatos que mostram, não sem perplexidade, que muitos dos maiores “fanáticos” por Hitler abandonaram suas convicções febris, sem a menor cerimônia, assim que o sistema entrou em colapso. No

nazismo, o comando passou a existir sem espírito, como injunção pura e incompreendida. É nesse mesmo sentido que se pode assistir às provas promovidas pelos reality shows: em si mesmas, elas não oferecem sentido algum, não há sequer uma correlação entre elas e os prêmios e castigos distribuídos; do mesmo modo, não obstante o mistério completo dos critérios para a eliminação, todos passam seus dias e noites "batalhando" para sobreviver. Primo Levi mostra como, nos campos de concentração, as chamadas intermináveis, a arrumação impecável das camas, o corte forçado dos cabelos etc. forjavam a obediência sem que nenhuma propaganda fosse necessária. Entre os inúmeros rituais que colocavam as pernas em marcha, mesmo que já não houvesse música, o central era a seleção: eis um segundo ponto no qual a analogia com nosso mundo é possível e perturbadora. Isso porque, em ambos os casos, lidamos com uma seleção negativa, que não é regida pelo mérito ou utilidade daquele que está no fio da navalha, mas por uma necessidade prévia, inelutável e fantasmática de eliminação.

**DIPLMATIQUE**– *Você diz que os reality shows são incompatíveis com um Estado democrático de direito, uma vez que seus participantes são levados a abrir mão da própria dignidade. É preciso regular a atuação da mídia para equalizar essa questão ou uma "civilização" desses programas requer transformações muito mais profundas?*

**SILVIA VIANA**– É impossível "civilizar" um programa de TV ou um sistema produtivo cuja lógica de funcionamento é o descarte. A regulação de um ou de outro não alteraria em nada a razão de sua existência, que é ela mesma. O trabalho abstrato, explorado e subordinado, sem o qual o capitalismo não existe e do qual, no entanto, quer se desvencilhar, não desaparecerá caso escondamos o chicote. Tudo isso pode parecer novo para uma memória social brutalizada pelo terror, mas o capitalismo nunca esteve tão blindado de críticas, e o mais impressionante é que a resignação ocorre precisamente em meio a uma de suas maiores crises, quando seu caráter destruidor mais uma vez leva a cabo uma catástrofe econômica no coração da dita "civilização" – pois, em suas margens, a exceção em nenhum momento deixou de ser regra, o que já faz a ideia de regulação parecer um tanto ridícula. A modéstia "realista" da oposição, que se limita ao esforço da "inclusão no mercado" – seja de trabalho, seja de consumo, ambos mais lenha para a queima ritual –, faz parecer ainda mais impossível a tarefa de eliminarmos o sistema que nos quer eliminar. Hercúlea é a produção redundante e violentadora a que nos submetemos todos os dias, diante da qual a tarefa da transformação (não mais profunda, mas simplesmente verdadeira) já não parece tão imensa.

---

**LUÍS BRASILINO** é Jornalista. Editor do Le Monde Diplomatique Brasil. Ilustração: André de Souza. **Jornal LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, Março de 2013.**

## Horrores reais, amores falsos (ALDO PEREIRA)

**MARIA** Teofilatto (?892-?927) teria 14 anos quando o papa Sergio 3º a engravidou. Marozia, como a celebrizaram, deve ter tido especial orgulho de ver coroadado como João 11, aos 20 anos (ou 21), o filho tido de Sérgio. Cinco outros descendentes dela chegariam a papa.

Amantes e três sucessivos maridos colaboraram. Mas também, claro, não lhe faltaram adversários: outro de seus filhos a manteve encarcerada (ou enclausurada) até ela morrer, ninguém sabe quando nem como nem onde. Na época, sucessão papal fascinava famílias aristocráticas ramificadas pelos impérios, reinos, principados, ducados e outras casas do xadrez político europeu. Antes de 1059, apenas potentados laicos nomeavam papas, e o primeiro conclave data de 1276.

No processo de intrigas e extorsões da sucessão papal, assassinato era solução costumeira de impasse. Bonifácio 6º, sucessor de Formosus, morreu após 15 dias de pontificado. "Causa mortis" oficial, gota. O imperador Lamberto di Spoleto nomeou para sucedê-lo o dócil Estêvão 6º. Motivada por inesquecidos rancores, a imperatriz Agiltrude logo exigiu que Estêvão convocasse um sínodo para julgar Formosus. Estêvão mandou exumar o cadáver (sepultado oito meses antes), paramentá-lo e sentá-lo no trono. A "defesa" nem conseguiu absolver o réu nem livrá-lo de agravamento da pena: ter decepados os três dedos que todo papa estende para abençoar com a mão direita. Como achasse pouco infamante esse desfecho, Agiltrude mandou exumar de novo o cadáver e despejá-lo no rio Tibre. Passados alguns meses, Lamberto fez as pazes com os aristocratas que tinham patrocinado Formosus. Na reviravolta, Estêvão acabou deposto e estrangulado. Antigos aliados de Formosus descobriram seu corpo, que um monge recolhera do Tibre e sepultara. Encerraram por fim o caso, então, com terceira exumação e quarto sepultamento.

A cultura de horror se manteria enquanto os papas puderam preservar poder temporal nos Estados papais, ricos territórios da Itália doados pelo imperador franco Pepino, o Breve (ou "o Baixinho", 714-761). O encolhimento dos Estados papais se completaria em 1929, quando Benito Mussolini os delimitou com o nome oficial italiano de Santa Sede (Stato della Città del Vaticano), que no latim oficial é Sancta Sedes (Status Civitatis Vaticanæ). Até que Pio 9º o aposentasse em 1864, o carrasco Giovanni Battista Bugatti (1779-1869) supliciou em Roma 516 pessoas condenadas por delitos comuns e políticos (conspirar contra o papa era crime de lesa-majestade). E por que não? Pois Agostinho e Tomás de Aquino não aprovaram pena capital? Bugatti a infligia com força, machado, guilhotina e marreta (para afundamento de crânio seguido de degola), e às vezes subsequente esquartejamento. Embora não aplicada no século 20, a pena de morte viveu na Constituição da Santa Sé até ser abolida por Paulo 6º em 1969. A renúncia de Bento 16 e subsequente sucessão mostram hoje o papado menos

arrogante e malevolente, mais compatível com a conduta e o sentimento genuinamente humanitários de tantos católicos. Mas regras anacrônicas ainda contradizem o preceito de amor ao próximo.

É desamor favorecer propagação de doenças e procriação irresponsável com proscricção de camisinha e pílula. Impor celibato clerical. Endossar misoginia paulina para interditar o sacerdócio à mulher. Incitar ódio a homossexuais. Dificultar a promissora pesquisa de células-tronco. Negar voz e prestação de contas aos fieis. Tradição valida autoridade, sim. Mas qual tradição?

---

**ALDO PEREIRA**, 80, é ex-editorialista e colaborador especial da **Folha** | [aldopereira.argumento@uol.com.br](mailto:aldopereira.argumento@uol.com.br). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2013.**

## **O último papa (LEANDRO KARNAL)**

**NO APOGEU** do papado medieval, Inocêncio 3º (século 13) tinha poder de excomungar e depor reis, interditar o paraíso a um país inteiro, convocar cruzadas contra heréticos e islâmicos e liderar concílios que movimentavam toda a geopolítica europeia. Na verdade, Inocêncio fez quase tudo isso. Dono de um poder internacional enorme, o bispo de Roma representava o topo simbólico de uma longa cadeia de mandos.

A julgar pela imprensa, nada mudou depois de 800 anos. A renúncia de um papa e a eleição de outro hipnotizou quase toda mídia ocidental. Mas as notícias anteriores indicavam uma igreja numericamente em declínio. Havia escândalos sexuais e financeiros por todo lado. Mesmo assim, o conclave de 2013 recebeu atenção ainda maior do que em 2005 ou 1978. O que aconteceu? No mundo líquido atual, uma instituição com quase 2.000 anos chama atenção. Pompa, hierarquia e pretensão metafísica combinadas são quase insuperáveis. A capilarização da igreja ainda é notável, das paróquias aos orfanatos, especialmente no Brasil. Para o bem e para o mal, a terra de Santa Cruz foi concebida católica. Sua maior cidade, São Paulo, foi batizada pela ordem do atual papa Francisco, os jesuítas.

O conclave de 2013 surpreendeu com um papa argentino e da Companhia de Jesus. Há lições do episódio. Os jornais torciam abertamente por um brasileiro, como o fez a imprensa das Filipinas. Isso mostra o ranço nacionalista. Mas, esqueceram-se de sondar os eleitores, cuja lógica só pode ser decifrada pelos afrescos de Michelangelo na Capela Sistina. Os "papabili" da imprensa não coincidiram com os dos votos purpurados. Nacionalismo é fato do 19; ontem, para a Igreja Católica. A lição deveria ser entendida: esse grupo vê, mas não joga para a torcida, mesmo sendo ainda a maior torcida do planeta. Segunda lição: a Igreja Católica não está numa crise; ela vive numa crise desde sua origem. Denúncias de pedofilia seriam piores do que o papa Júlio 3º viver em meio a garotos de programa? Escândalos financeiros atuais seriam maiores do que a ousadia de Leão 10º para vender indulgências? O conservadorismo atual seria mais denso do que o do beato Pio 9º, que considerou até a democracia condenável?

Aparentemente, o repertório histórico do papado faz com que seja impossível criar nova virtude ou vício que já não tenha um predecessor mais notável. A igreja vive e sobrevive entre crises. O balanço do barquinho na tempestade do mar da Galileia virou ciclone constante. E "la nave va"... Talvez o niilismo contemporâneo talvez seja atraído por fundamentalismos, ou até os estimule. Última lição do conclave: a Igreja Católica e o papado despertam emoções polares. Os que já a amavam destacam que o papa pegava transporte público e cozinhava sua comida. Seria humildade, como se canalhas não pudessem estar num metrô ou serem cozinheiros.

Os detratores trouxeram à tona conhecidas denúncias sobre as relações de Bergoglio com a ditadura argentina. Seus inimigos e fãs apenas continuam alimentando o fogo das vaidades e, querendo ou não, mantêm a igreja no lugar que ela mais deseja: no centro da mídia. Profetas canhestros determinaram que o último pontífice seria o "papa negro". O superior geral dos jesuítas tinha esse título não oficial. O hábito da ordem de Inácio era dessa cor. Um papa jesuíta, e ainda sendo o último da lista de são Malaquias, só pode indicar o fim dos tempos. Os maias estão desacreditados nesse campo.

Cumpra-se uma ironia que não escapará ao humor tupiniquim: a Igreja Católica sobreviveu a tudo, menos a um argentino. Iremos ao apocalipse com esse sorriso nos lábios. Mas, se o mundo não acabar (como teima em fazê-lo), iremos a novo conclave. Haverá apostas certas sobre as chances enormes de um cardeal brasileiro, de um africano e do conhecido arcebispo de Milão... Deve ser melancólico ser eterno.

---

**LEANDRO KARNAL**, 50, é professor de história na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e autor de "Teatro da Fé" (Hucitec) e "Conversas com um Jovem Professor" (Contexto). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2013.**

## **O uso reto do corpo (CONTARDO CALLIGARIS)**

**EM TESE**, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) luta para que cada cidadão e cada grupo de cidadãos possam exercer plenamente sua diferença (claro, à condição de que essa diferença não atrapalhe a liberdade dos outros).

Parece lógico que a comissão seja presidida por um espírito libertário. Isso não exclui pastores, padres, imames e moralistas rigorosos, à condição de que, por cultura, experiência de vida e qualidades morais excepcionais, eles saibam colocar a liberdade dos outros antes de suas próprias convicções. Esse não parece ser o caso do deputado Marco Feliciano

(PSC-SP), pastor evangélico, que acaba de ser eleito presidente da CDHM. Na notável série de suas declarações boçais citadas nestes dias, minhas preferidas são: 1) "Os africanos descendem de ancestral amaldiçoado por Noé. Isso é fato."; e 2) "O reto não foi feito para ser penetrado - não sou contra o homossexual, sou contra o ato homossexual."

1) No texto bíblico que eu li, Cam zombou do pai Noé, o qual condenou Cam e sua descendência à servidão. Mais tarde, os defensores da escravatura decidiram que Cam era o antepassado dos africanos e se serviram dessa história para justificar a posse e o comércio de escravos. Terminar a evocação de um relato bíblico com um "isso é fato" já é ingênuo. Terminar da mesma forma a revisão do relato bíblico proposta pelos defensores da escravatura é para além de ridículo. Feliciano, formado em teologia, talvez leia a Bíblia no grego da Septuaginta e no hebraico do texto massorético. Eu me viro em grego antigo, mas, por hábito, leio a Bíblia no latim de São Jerônimo ou no inglês do rei James. Será que ele tem acesso a fontes que eu ignoro?

2) Cada deputado recebe uma verba considerável para que possa opinar com conhecimento de causa. Mas Feliciano parece não saber que uma porcentagem substancial de homossexuais não gosta de sexo anal, enquanto, inversamente, o sexo anal faz parte das fantasias e das práticas sexuais de muitos homens e mulheres heterossexuais. Isso, sem entrar no vasto capítulo das penetrações (fantasiadas ou reais, solitárias ou não) com objetos inanimados ou outras partes do corpo.

O deputado Feliciano poderia se corrigir, generalizando: "hétero ou homo, tanto faz: o reto não foi feito para ser penetrado". Eu entenderia melhor. Mesmo assim, fico curioso. Será que, para o deputado Feliciano, as mãos foram feitas para carícias, solitárias ou não, recíprocas ou não? E como fica a boca? Sem pensar muito longe, será que ela foi feita para ser invadida pela língua do parceiro ou da parceira? O deputado Feliciano poderia se entrincheirar atrás da ideia de que tudo o que não serve para a reprodução deveria ser banido do sexo. É uma opinião difícil de ser sustentada, pois, justamente, somos os únicos mamíferos cujo desejo sexual não depende nem um pouco da fertilidade da fêmea e, portanto, da reprodução. Mas é uma opinião respeitável e não incompatível com a presidência da CDHM, à condição de ser, para o próprio Feliciano, apenas uma opinião.

Em outras palavras, o deputado Feliciano tem o direito de ser impenetrável, para maior glória divina. Que diga, então, que SEU reto não foi feito para ser penetrado, e ninguém protestará. Imaginemos que eu faça parte de um culto satânico que só permite atos sexuais que desprezem a finalidade reprodutiva, e isso justamente para contrariar um eventual plano divino. Ou imaginemos que eu pense, simplesmente, que o melhor uso do meu corpo é o prazer e o gozo. Será que Marco Feliciano, presidente da CDHM, vai defender meus direitos? Se a resposta não for um sim retumbante, a CDHM deve trocar de presidente. Agora, quem colocou o deputado Feliciano na presidência da CDHM? Seis deputados se retiraram assim que Feliciano foi eleito; entre eles, Domingos Dutra (PT), Luiza Erundina (PSB) e Jean Wyllys (PSOL). Mas, apesar do gesto dos seis, quem entregou a comissão ao PSC e a Feliciano foi a base aliada do governo.

A presidente Dilma disse que, nas eleições, "a gente faz o diabo" - ou seja, qualquer aliança vale para ganhar. De fato, nas eleições, a maioria de nossos políticos supostamente laicos e progressistas não fazem o diabo, fazem o santinho. Para conquistar votos fundamentalistas, beijam anéis e frequentam cultos; no fim, eles recompensam, de alguma forma. Por exemplo, com comissões.

---

**CONTARDO CALLIGARIS**, italiano, é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. Reflete sobre cultura, modernidade e as aventuras do espírito contemporâneo (patológicas e ordinárias). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2013.**

## "O Estado fale" (PASQUALE CIPRO NETO)

**NA SEMANA** passada, o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, disse algo como "O Estado fale", referindo-se à diminuição da fatia de tributos que o Estado por ele comandado receberá com a nova lei dos royalties da produção do petróleo.

Não foram poucos os leitores que me escreveram para perguntar se o Estado "fale" mesmo. Como parece óbvio, o governador conjugou ou tentou conjugar o verbo "falar" na terceira pessoa do singular do presente do indicativo. Entramos num território delicadíssimo, caro leitor, o dos verbos defectivos.

É defectivo o verbo que não apresenta todas as formas. Como é a primeira pessoa do singular do presente do indicativo de "abolir"? Será "eu abolo"? Ou será "eu abulo"? Nem "abolo" nem "abulo". O presente do indicativo desse verbo começa na segunda pessoa do singular: "tu aboles, ele abole, nós abolimos, vós abolis, eles abolem". Como lhe falta a primeira pessoa do singular do presente do indicativo, falta-lhe todo o presente do subjuntivo, que, como se sabe, vem justamente da primeira do singular do presente do indicativo.

Moral da história: se você tivesse de preencher com uma forma do verbo "abolir" a lacuna de "Eles querem que a presidente \_\_\_ essa exigência", o que você faria? Não faria. A solução é recorrer a um verbo do mesmo campo semântico ("extinguir", "revogar", "eliminar", "anular"): "Eles querem que a presidente extinga (ou 'revogue', 'elimine', 'anule') essa exigência".

E como é que se chega à conclusão de que um verbo é defectivo? Eis o grande nó. Muita gente (a maioria, suponho) acha que a coisa já vem pronta, como se um general da língua dissesse o que "pode" e o que "não pode", o que se conjuga e o que não se conjuga. Não é assim. Como bem se sabe, língua é essencialmente uma questão de uso. Quando se trata do

registro culto da língua, por exemplo, o que se faz é verificar a incidência nesse registro de determinados termos, flexões etc.

É incontestável, por exemplo, a incidência zero de formas como "abulo" ou "abolo", o que nos permite afirmar com total tranquilidade que no atual estágio da língua culta o verbo "abolir" é defectivo. Talvez não se possa dizer o mesmo (incidência zero) de "falir", já que em alguns pronunciamentos orais volta e meia se empregam formas como "eu falo" e "ele/a fale", por exemplo, que não se registram na língua escrita formal culta. Moral da história: formas como "O Estado fale" ainda estão longe do registro formal culto da língua.

Aproveito para lembrar que verbos como "explodir" e "adequar", entre outros, que tradicionalmente são dados como defectivos pelos dicionários e gramáticas, modernamente vêm apresentando conjugação completa, muitas vezes marcada por instabilidade de formas. Na sua tabela de conjugação, o "Houaiss" dá "explodir" como completo e ainda registra a sua abundância na primeira do singular do presente do indicativo ("expludo" e "explodo") e do presente do subjuntivo ("expluda" e "exploda").

No verbete em si, no entanto, o dicionário faz esta observação: "Geralmente considerado defectivo, não teria as formas...". Esse "não teria" mostra bem como a questão é delicada. No verbete "verbo", ao explicar a expressão "verbo defectivo", o mesmo dicionário dá como exemplo justamente o verbo "explodir"... Difícil, não? Bem, cabe-me informar aos que vão prestar concursos públicos que as bancas que elaboram as provas costumam ser tradicionalistas. Para elas, "explodir", entre outros, é defectivo e pronto. É isso.

---

[inculta@uol.com.br](mailto:inculta@uol.com.br). Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2013.

## O fumo e a sobrevivência (DRAUZIO VARELLA)

**PARA QUEM** gosta de morrer mais cedo, o cigarro é arma de eficácia incomparável. Ele reduz de tal forma a duração da vida que nenhuma medida isolada de saúde pública tem tanto impacto na redução da mortalidade quanto parar de fumar. Acaba de ser publicado o levantamento mais completo sobre os índices de mortalidade em fumantes e ex-fumantes. Os dados foram colhidos entre 113.752 mulheres e 88.496 homens, de 25 a 79 anos de idade, acompanhados durante 7 anos.

Em média, os fumantes consumiam mais álcool, tinham nível educacional mais baixo e índice de massa corpórea menor do que o dos ex-fumantes e daqueles que nunca fumaram. Cerca de 2/3 dos que foram ou ainda são fumantes adquiriram a dependência antes dos 20 anos, dado que explica o esforço criminoso da publicidade dirigida para viciar crianças e adolescentes. As curvas de mortalidade revelaram que:

1 - Continuar fumando encurta 11 anos na vida de uma mulher e 12 anos na vida do homem.

2 - Comparado com os que nunca fumaram, o risco de morte de um fumante é três vezes maior. Mulheres correm riscos iguais aos dos homens, confirmando o adágio "mulher que fuma como homem, morre como homem".

3 - Uma pessoa que nunca fumou tem duas vezes mais chance de chegar aos 80 anos. Na mulher de hoje, a probabilidade de sobreviver até essa idade é de 70%, número que cai para 38% nas fumantes. Nos homens esses valores são de 61% e 26%, respectivamente.

4 - A diferença de sobrevivência é explicada pela incidência mais alta de câncer, doenças cardiovasculares, doenças pulmonares obstrutivo-crônicas (como o enfisema) e outras enfermidades provocadas pelo fumo. As causas de morte mais frequentes são câncer de pulmão, infarto do miocárdio e derrame cerebral.

5 - Na faixa de 25 a 79 anos de idade, cerca de 60% de todas as mortes são causadas pelo cigarro.

6 - O risco de desenvolver doenças pulmonares obstrutivo-crônicas nas mulheres que fumam é 22 vezes mais alto; nos homens é 25 vezes maior. Foi analisado também o impacto de parar de fumar na redução da mortalidade.

1 - Quanto mais cedo alguém deixa de fumar, mais tempo vive.

2 - As curvas de sobrevivência dos que se livraram do cigarro entre os 25 e os 34 anos de idade são praticamente idênticas às dos que jamais fumaram. Parar nessa faixa etária faz ganhar pelo menos 10 anos de vida.

3 - As curvas dos que pararam dos 35 aos 44 anos são um pouco mais desfavoráveis. Ainda assim, largar de fumar nessa fase permite viver nove anos mais.

4 - Comparados com os que nunca fumaram, ex-fumantes que pararam ao redor dos 39 anos ainda apresentam mortalidade 20% mais alta. Embora significativa, esse número é pequeno em relação ao risco 200% maior que correriam se continuassem fumando.

5 - Parar de fumar dos 45 aos 54 anos reduz 2/3 da mortalidade geral e faz ganhar em média seis anos de vida. Os que o fazem entre 55 e 64 anos vivem em média quatro anos mais.

6 - O câncer de pulmão está associado ao maior risco de morte entre os ex-fumantes.

O fato de nas últimas décadas os fumantes terem aderido em massa aos assim chamados cigarros de baixos teores não alterou em nada a mortalidade. No caso das doenças pulmonares obstrutivas, que evoluem com falta de ar progressiva, foi até pior: a incidência mais do que duplicou desde a década de 1980. A explicação se deve às mudanças que a indústria introduziu na produção de cigarros: o uso de variedades de fumo geneticamente selecionadas para reduzir o pH da fumaça,

o emprego de papel mais poroso e filtros com mais perfurações, tornaram menos aversivas, mais profundas e prolongadas as inalações, expondo aos efeitos tóxicos grandes extensões do tecido pulmonar.

Como o cigarro perde espaço no mundo industrializado, e em países como o Brasil, as multinacionais têm agido com agressividade nos mercados asiáticos e africanos, valendo-se da falta de instrução das populações mais pobres e da legislação frouxa que permite a publicidade predatória.

Os epidemiologistas estimam que essa estratégia macabra fará o número de mortes causadas pelo cigarro - que foi de 100 milhões no século 20 - saltar para 1 bilhão no século atual.

---

**DRAUZIO VARELLA** é médico cancerologista. Por 20 anos dirigiu o serviço de Imunologia do Hospital do Câncer. Foi um dos pioneiros no tratamento da Aids no Brasil e do trabalho em presídios, ao qual se dedica ainda hoje. É autor do livro "Estação Carandiru" (Companhia das Letras). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2013.**

## **A arte de dirigir o espectador (SÉRGIO RIZZO)**

**Em "Hitchcock", Anthony Hopkins interpreta o diretor de "Psicose" e "Um Corpo Que Cai"**



**EM 1959**, já não havia dúvida em Hollywood sobre a capacidade de Alfred Hitchcock. Prestes a completar 60 anos, ele filmava nos EUA havia três décadas. Os chefes dos estúdios o respeitavam porque seus filmes jamais estouravam prazos e orçamentos, e eram lucrativos. Os técnicos com os quais trabalhava admiravam seu modo criativo e eficiente de trabalhar, e os atores sabiam que ele os valorizaria na tela. *Intriga Internacional*, que estreara em julho daquele ano, recebera elogios e multiplicara em mais de quatro vezes, na bilheteria, os custos de produção. Apesar disso, muitos

o viam como alguém no início da decadência. A imprensa já procurava "novos mestres do suspense". Mas Hitchcock e sua mulher, Alma Reville, parceira constante de trabalho, não pensavam em aposentadoria. Ao contrário: o diretor buscava um projeto que o desafiasse – que o tirasse, como se diz hoje, da "zona de conforto".

É nesse momento da sua carreira que tem início *Hitchcock*. Com lançamento no Brasil previsto para março, o filme é inspirado no livro *Alfred Hitchcock e os Bastidores de Psicose*, de Stephen Rebello (Ed. Intrínseca, R\$ 29,90). O roteirista John J. McLaughlin (*Cisne Negro*) e o diretor Sacha Gervasi (que coescreveu *O Terminal*, de Steven Spielberg) tomam liberdades em relação aos fatos pesquisados por Rebello para acrescentar humor e drama (mais o primeiro do que o segundo) aos bastidores do maior sucesso na carreira do cineasta. A abertura do filme, por exemplo, faz uma brincadeira com a série de TV *Alfred Hitchcock Apresenta* (1955-1961), cujos episódios eram introduzidos pelo próprio cineasta. Hitchcock (interpretado pelo galês Anthony Hopkins, Oscar por *O Silêncio dos Inocentes*) comenta, com a irreverente música-tema da série ao fundo, o episódio verídico que está na base de *Psicose*: a história macabra de um homem que viveu com o cadáver da mãe durante anos. Primeiro, ela deu origem, devidamente romanceada, a um livro policial de Robert Bloch (1917-1994).

A obra caiu nas mãos do diretor quando ele se dedicava a pesquisar argumentos. Atraído pela ideia, resolveu que seria seu próximo filme – e o mais assustador de todos. O entusiasmo, no entanto, não seduziu os chefes de estúdio para os quais apresentou o projeto. *Hitchcock* mostra a operação de engenharia financeira que possibilitou realizar *Psicose*, por meio da empresa que o cineasta havia criado para produzir a série de TV, a Shamley Productions – batizada em homenagem a Shamley Green, ao sul de Londres, onde ele e Alma tinham uma casa de verão. Sabemos quem riu (e muito) por último: orçado em US\$ 800 mil, o longa-metragem que tornou Norman Bates (interpretado por Anthony Perkins) o mais famoso psicopata do cinema arrecadou US\$ 32 milhões. O que alegrou o diretor, contudo, foi a oportunidade de provar que o "velho" mestre do suspense continuava em forma. Em uma das sequências mais divertidas de *Hitchcock*, na qual o

acompanha a primeira projeção de *Psicose* sozinho no saguão da sala, ele imita os gestos de um regente de orquestra enquanto ouve as reações da plateia.

Eis um exemplo de liberdade dramática do \_ lme, mas ajustada aos fatos: Hitchcock costumava dizer que, em *Psicose*, ele se sentiu um "diretor de espectadores", como se estivesse "tocando um órgão". Na interpretação de Hopkins, que usa especialmente a voz na ingrata missão de recriar uma \_ gura singular, desenha-se um Hitchcock confiante e zombeteiro, de personalidade difícil, mas de talento extraordinário. E a inseparável Alma (a inglesa Helen Mirren, Oscar por *A Rainha*) ganha um retrato extremamente positivo. Simpática e amigosa, ela é vista como um contraponto ao gênio do marido. Um porto seguro para Hitchcock – companheira, conselheira e confidente.

---

**SÉRGIO RIZZO** é jornalista e escreve periodicamente para esta publicação. **Revista CULT, Março de 2013.**

## **Galera à deriva (ROSELY SAYÃO)**

**ESTAMOS** um tanto quanto perdidos nos relacionamentos que estabelecemos com os mais novos, ocupem eles o papel de filhos ou de alunos. Num tempo em que ser jovem é o desejo de todas as pessoas, de crianças a velhos, o papel educativo, que é responsabilidade dos adultos, entra em declínio principalmente por causa das atitudes destes últimos.

Quando conversamos com crianças, falamos como se elas percebessem e entendessem o mundo da mesma maneira que nós. Damos ordens e queremos que aprendam que essas ordens devem ser atendidas para sempre, daquele momento em diante. Fazemos "combinados", que são pequenos contratos, como se elas pudessem bancar sua parte nesses acordos. Damos explicações complicadas a respeito dos fatos do mundo e, paradoxalmente, protegemos as crianças de tudo. Tudo mesmo. Ou seja: de um lado, tratamos as crianças como se já fossem jovens e, de outro, não reconhecemos seu potencial para aprender a avaliar as situações e perceber seus riscos.

E com os adolescentes, como temos agido? Aí é que a situação se complica. Pelo que tenho observado, como nós tratamos as crianças como se elas fossem jovens, quando elas se tornam adolescentes há uma tendência a considerá-las adultas antes da hora, antes da entrada na maturidade. Acontece que a tutela dos adolescentes por parte dos pais e dos professores é fundamental para a finalização do processo educativo e de formação. Sem a presença educativa adulta nessa parte do processo, muitos adolescentes têm ficado à deriva nesse período tão importante da vida.

Dou um exemplo para ilustrar a maneira como estamos expondo os jovens a certo tipo de vivência. Um conhecido, que me contou o ocorrido, estava em uma calçada conversando com um grupo quando viu chegar um carro dirigido por um rapaz. Ao lado dele, uma garota, com pouco menos de 18 anos, estava com quase todo o corpo para fora da janela do veículo. O motorista estacionou o carro e esse meu conhecido, sem hesitar, foi imediatamente conversar com a garota. Falou dos perigos que ela corria ao andar no carro daquela maneira, explicou o que poderia acontecer e, nesse momento da conversa, deu-se conta de que a garota poderia reagir mal à abordagem. Ele pensou que ela poderia dizer que ele nada tinha a ver com aquilo, por exemplo. Então se desculpou com a garota por sua intervenção e esperou a reação dela.

Entretanto, a garota o surpreendeu. Dirigiu-se a ele com muito respeito e, logo após sair da posição em que estava no carro, disse que não via motivo algum para que ele se desculpasse porque estava fazendo justamente o que a mãe dela deveria fazer, ou seja, cuidando dela. Você percebe, caro leitor, o lamento por trás da manifestação dessa jovem? O que ela disse foi que, por sentir-se sem o acompanhamento cuidadoso de um adulto responsável, era capaz de se colocar em situações de perigo.

Muitos adultos acreditam que o jovem quer ser liberado dos cuidados de pais e responsáveis e se sente muito melhor vivendo desacompanhado. Não é verdade. Claro que os jovens reclamam das orientações que recebem, tentam transgredir as normas que devem acatar, rebelam-se contra os adultos que os acompanham. Mas tudo isso faz parte do jogo. Talvez seja a maneira que eles têm de agradecer a companhia que fazemos a eles neste momento em que vivem.

---

**ROSELY SAYÃO**, psicóloga e consultora em educação, fala sobre as principais dificuldades vividas pela família e pela escola no ato de educar e dialoga sobre o dia-a-dia dessa relação. Escreve às terças na versão impressa de "Equilíbrio". **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2013.**

## **Marcos Feliciano e George Orwell: Como um pastor preconceituoso pode proteger as minorias? (FELIPE LARÊDO)**

**MUITAS VEZES**, na história da humanidade, os livros foram – mesmo sem a pretensão – oráculos, cujas profecias se revelaram corretas. Como os livros são escritos por pessoas, então esse mérito deve ser concedido aos seus autores que, sendo habilidosos com suas ideias e suas estruturas textuais, conseguiram expressar a realidade de seus momentos presentes e fizeram com que seus textos ecoassem até os dias de hoje.

Quando soube da notícia que Marcos Feliciano, um pastor racista e preconceituoso, foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, logo me surgiu a pergunta: será que já escutei essa história antes? Fiquei pensando aqui com meus botões e, eis que de repente, surge a melhor referência literária que eu poderia escalar.



**Marco Feliciano**

@marcofeliciano

Seguir

h) Se não houver uma manifestação popular por todo o País, este será um ano maldito. Aborto, Pl.122 e sabe Deus o que mais. Rogo as orações.

8:05 PM - 29 Jan 13

19 RETWEETS 3 FAVORITOS



**Marco Feliciano**

@marcofeliciano

Seguir

Bora cristãos! Mostremos nossa união e nossa força. Retuitem isso: Amamos os homossexuais mas abominamos suas praticas promiscuas!

4:39 PM - 31 Mar 11

546 RETWEETS 32 FAVORITOS



**Barack Obama** @BarackObama

15 Mai

"Change is a president who will stand up for choice." [OFA.BO/PxS32Z](http://OFA.BO/PxS32Z)  
[#PromiseKept](https://twitter.com/BarackObama)



**Marco Feliciano**

@marcofeliciano

Seguir

[@BarackObama](https://twitter.com/BarackObama) You are a Christian, Mr. President, and you know that familia is sacred to God: just woman and man! God bless you!

9:56 PM - 15 Mai 12

114 RETWEETS 12 FAVORITOS





**Marco Feliciano**

@marcofeliciano

 Seguir

A podridão dos sentimentos Dos homoafetivos levam ao ódio, ao crime, a rejeição.

4:48 PM - 31 Mar 11

254 RETWEETS 22 FAVORITOS



**Marco Feliciano**

@marcofeliciano

 Seguir

Lembrando q essa tática de ganhar no grito e na indecência, expor alguém ao ridículo e a humilhação é copia fidedigna do nazista Stalin.

4:59 AM - 17 Mai 12

125 RETWEETS 18 FAVORITOS



**Marco Feliciano**

@marcofeliciano

 Seguir

Sobre o continente africano repousa a maldição do paganismo, ocultismo, misérias, doenças oriundas de lá: ebola, aids. Fome... Etc

10:44 PM - 30 Mar 11

206 RETWEETS 17 FAVORITOS





**Marco Feliciano**

@marcofeliciano

 Seguir

@Na\_Igreja olha essa... "Por que Adão não tinha sogra? Porque ele morava no paraíso!" rsss

3:12 PM - 18 Out 11 de Orândia, São Paulo, Brasil

30 RETWEETS 2 FAVORITOS



**Marco Feliciano**

@marcofeliciano

 Seguir

Todo mundo ligadinho na GLOBO agora. Vcs vão ver como é a intolerância daqueles que me rotulam

11:48 PM - 06 Mar 13

41 RETWEETS 5 FAVORITOS



**Marco Feliciano**

@marcofeliciano

 Seguir

Africanos descendem de ancestral amaldiçoado por Noé. Isso é fato. O motivo da maldição é a polemica. Não sejam irresponsáveis twitters rsss

5:56 PM - 31 Mar 11

470 RETWEETS 45 FAVORITOS



Como lhes falei, alguns autores poderiam, com autoridade, exigir o título de oráculo ou profeta, e George Orwell foi um deles. Com o livro chamado 1984 – mas publicado em 1949 –, ele mostra uma sociedade muito parecida com a nossa. É claro que nem todo o contexto opressor se configura nos dias de hoje, mas muitos de seus elementos são atualíssimos. Para começar com o programa de televisão campeão de audiência conhecido pela alcunha Big Brother.

Para quem não sabe, essa expressão foi criada por Orwell e se refere a um governante mão de ferro que está presente em tudo e controla todos os aspectos dos comportamentos das pessoas. Esse Grande Irmão (Big Brother) monitorava cada minuto da vida das pessoas e o fazia por meio de câmeras – alguma semelhança com o programa de televisão? – instrumentos esses que também serviam para repassar ordens e verificar se tudo estava sob controle.

Porém, um aspecto da sociedade distópica criada por George Orwell, em 1984, me chamou a atenção quando soube da notícia observada acima. Havia um mote muito usado pelo governo que dizia assim: *"Guerra é Paz; Liberdade é Escravidão; Ignorância é Força"*. Essa expressão era protegida e colocada em prática por vários ministérios. Dentre eles cito dois: Ministério do Amor e Ministério da Paz. Embora seus nomes, inicialmente, levem o leitor descuidado a uma interpretação tranquila e calma, fazendo-o pensar que a intenção básica dos Ministérios é bem definida, sinto dizer que estão enganados. Infelizmente, a função primordial do Ministério da Paz era promover a guerra e a do Ministério do Amor era reprimir os desejos e as vontades do povo.

Tendo essas informações na cabeça, fica fácil identificar a relação com o ocorrido nesse famigerado caso. Um pastor preconceituoso e racista ser eleito presidente de uma Comissão que cuida dos interesses de minorias contra as quais já deu declarações claras e precisas, dentro do sistema político vigente no mundo distópico de Orwell, é perfeitamente aceitável.



E quantas vezes não nos vemos representados por pessoas que não condizem com os cargos que ocupam? O objetivo desse texto não é enveredar pelas questões da representatividade democrática, muito menos questionar os motivos pelos quais essas pessoas são eleitas. Contudo, penso que é revoltante que um político corrupto seja presidente do Senado Federal, por exemplo, e isso me faz pensar que muitas dessas pessoas estejam nos lugares errados.

Dessa forma, vejo perfeitamente reproduzida, dentro dos limites estruturais que a obra de ficção propõe, a sociedade construída no livro 1984. Podemos citar inúmeros aspectos presentes na atualidade, mas, não consigo deixar de associar o pastor com um Ministro do Amor, que buscará, sem

que ninguém perceba, a repressão das minorias e das vontades, caminhando em sentido contrário ao cargo que ocupa. Mas isso não é problema, né? Afinal de contas, o Big Brother Brasil entra no ar logo depois do futebol e da novela e a distração que a sociedade precisa está cheia de anestésico alienante. Então caríssimos leitores, qual o próximo assunto do momento para nos fazer esquecer dos absurdos?

---

**FILIPE LARÊDO** é um amante dos livros e aprendeu a editá-los. Atualmente coordena o catálogo estrangeiro da Editora Novo Século (São Paulo/SP). É formado em Direito e em Produção Editorial. ITE: <http://papodehomem.com.br>, Março de 2013.

## **O Congresso deve respeito (RENATO JANINE RIBEIRO)**

**NUM REGIME** baseado no equilíbrio entre os Poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - teoricamente o mais democrático dos três deveria ser o Legislativo. Sobre a Constituição norte-americana, diziam alguns teóricos da época que nela o presidente seria o elemento monárquico, por ser um só, embora eleito; o Judiciário, o aristocrático, composto que é pelos mais capazes e formado por cooptação; e o Poder Legislativo, o democrático, representando a diversidade de ideias do povo. Não é por acaso que o Legislativo é o único Poder que, por natureza, precisa ter representantes da oposição. Mas tudo isso, teoricamente.

Na prática, basta colocar uma questão: Blairo Maggi se sustentaria como ministro do Meio Ambiente num governo do PT ou do PSDB? Improvável. E Marcos Feliciano chegaria a ministro dos Direitos Humanos, sob qualquer um desses partidos? Impossível. Então, como é que o Senado e a Câmara, que - sempre teoricamente - deveriam escutar de perto a opinião pública, elegem para dirigir essas áreas pessoas que jamais ocupariam, no Executivo, posto correspondente?

O Legislativo se importa pouco com a opinião pública. Tivemos um sinal disso quando o Senado elegeu Renan Calheiros seu presidente, apesar de contestado pela sociedade: um abaixo-assinado contra ele alcançou, em poucos dias, 1,6 milhão de assinaturas.

Por que o Poder em tese mais democrático se interessa tão pouco pelo que o povo pensa? Vemos um esvaziamento do Legislativo. Mas minha tese é que é sobretudo um auto-esvaziamento. É comum se denunciar a invasão, pelo Executivo e agora pelo Judiciário, das prerrogativas das Casas de leis. É fato que as medidas provisórias assinadas pela presidência da República dominam a agenda legislativa, pelo menos em relevância. Mas isso não aconteceria se as duas Casas mostrassem que estão fazendo coisas importantes pelo País. A principal responsabilidade para que o Legislativo tenha o peso que precisa ter é dele próprio. Não adianta culpar o Executivo, porque chamou para si a atividade de legislar - ou o Judiciário, porque se mete em questões interna corporis - quando o próprio Legislativo descuida de sua importante missão. Esse descaso consigo, e com os votos dos brasileiros que o elegeram para representar sua diversidade, suas divergências, se expressa quando ele indica para cargos de direção pessoas que conseguem rejeição significativa logo nas áreas que estariam dirigindo.

O pior é que as comissões em questão são justamente as de maior conteúdo ético, meio ambiente e direitos humanos. (Poderíamos acrescentar as da igualdade racial e dos direitos da mulher - mas a missão delas, que é assegurar a igualdade étnica e de gênero, é temporária, deve se completar em alguns anos). Já o meio ambiente e os direitos humanos definem lutas sem fim, e a finalidade dessas lutas. Definem o centro do que pode ser a ética pública. Não seria exagero dizer que são elas que dão sentido global à ação de governo. Nosso mundo entrou para valer nos direitos humanos. As relações entre nós são cada vez mais discutidas nos termos deles. Incluem direitos políticos, civis e cada vez outros novos, inclusive o de ser respeitado até na vida privada. As grandes questões sociais da atualidade se expressam na linguagem dos direitos do homem. A redução da miséria, querida da esquerda, é um exemplo cabal disso. O combate à corrupção, bordão da direita, outro. Se o parlamento amesquinha as comissões que tratam dos fins da ação política, deixa os meios sem rumo, sem sentido.

O meio ambiente trata das relações que mantemos com a esfera da vida, da qual fazemos parte. A vida se tornou valor importante. Vejam dois exemplos sem nexos entre si: primeiro, o declínio da pena de morte no mundo; segundo, a valorização da biodiversidade como fator científico, cultural e econômico. Assim, o "bios" ou vida é o eixo para desenvolver a economia futura, e os direitos, o fundamento para tornar justas as relações humanas. E tudo isso anda junto. Eis o que foi desdenhado pelos senadores, ao escolherem o presidente da comissão do Meio Ambiente, e pelos deputados, ao elegerem o presidente da comissão de Direitos Humanos. Colocaram-se frontalmente contra o que é mais carregado de futuro em nosso tempo. Optaram decididamente pelo retrocesso.

Então, não é o Congresso que nos protege de desmandos do Executivo, como sucedeu por exemplo na era Collor. É mais frequente o Executivo nos proteger de erros do Legislativo. No ano passado, foi o caso do Código Florestal, outra escolha do Congresso pela vantagem imediata de poucos, contra o bem comum a longo prazo. Isso tudo é, obviamente, muito ruim. Não desconheço a legitimidade de quem é eleito para a presidência da República. É a única eleição em que o voto de cada brasileiro tem o mesmo peso. Mas lastimo que uma única pessoa, investida já de tantos poderes, tenha que corrigir erros do poder que deveria ser o mais nobre segundo a Constituição. O certo seria o inverso.

Quem responde por isso? Antes de mais nada, parece ser o PMDB. Foi ele quem impôs Calheiros e, agora, o pastor Feliciano. O PT, embora seus deputados se recusassem a votar em Feliciano, aceitou - enquanto partido - a entrega dos direitos humanos a alguém com seu histórico. Já o PSDB não quis, quando pôde, enfrentar essas escolhas; basta ver que não votou, para a presidência do Senado, contra Calheiros, no senador Pedro Taques, homem que tem forte biografia no combate ético. Mas, só para concluir: ninguém sonhe com o parlamentarismo no Brasil, enquanto o Congresso não mostrar que merece ter mais poder do que já tem.

---

**RENATO JANINE RIBEIRO** é professor titular de ética e filosofia política na Universidade de São Paulo. E-mail: [rjanine@usp.br](mailto:rjanine@usp.br). **Jornal valor econômico, Março de 2013.**

## **Zé de Abreu, o militante (CYNARA MENEZES)**

**COM O MAR** da Barra da Tijuca na janela e o cão da raça lhasa apso e nome Pipo no colo, diante da tela do computador, o ator José de Abreu tuíta. Fala de política (muito) e de televisão e teatro (menos), praticamente o dia inteiro. Tem frequência tão assídua na rede social quanto o divertido vilão Nilo tinha nos lares brasileiros durante *Avenida Brasil*, a anterior novela das 9 da Globo. A popularidade na tevê e na internet fez surgir um novo interesse: Zé de Abreu decide se vai ou não se lançar a deputado federal pelo PT em 2014. Está para se filiar ao partido.

"Estou esperando, porque quero o 'top' na minha filiação. Quem vai abonar minha ficha é a Dilma e o Lula. No mínimo", diz o ator, que milita na política desde a época da ditadura, quando cursava Direito na PUC-SP. Tem o destino paralelo ao de outro Zé, o Dirceu. Ambos nasceram no ano de 1946, Zé Dirceu em março e ele em maio. Zé de Abreu, em Santa Rita do Passa Quatro, São Paulo, Zé Dirceu, em Passa Quatro, Minas Gerais. Todo mundo confunde. Um continuou na política e o outro se decidiu pelo teatro, após viver anos rebeldes em São Paulo e anos lisérgicos em Londres, em Amsterdã e na Bahia.



**“Quem vai abonar minha ficha é a Dilma e o Lula. No mínimo”, brinca. Foto: Paula Kossatz**

**Pipo não para sossegado**, e Zé de Abreu o tranca na cozinha enquanto conversa e posa para as fotografias. Falo que está em boa forma para os 67 anos prestes a completar, ele passa a mão no tórax, estica-se todo na cadeira e diz: “É, tô gostoso”, gargalha. “Sou de uma geração que deu sorte, que vai chegar aos 70 bem.” Em seguida entra, com jeito sério e *dreadlocks* nos cabelos, seu filho Cristiano, de 28 anos, que participará de toda a conversa com o ator. No elevador, cruzamos com a mulher de Abreu, Camila, que vai nos encontrar no almoço. Por último, já no restaurante, conheço Bernardo, de 12, o caçula. Tem ainda Theo, de 36, e Ana, de 35. O primogênito Rodrigo morreu ao cair do prédio onde moravam, em 1992, aos 21 anos.

O ator fala do assunto meio apressadamente e eu não remexo no assunto, mas no final do almoço, depois de alguns copos de vinho branco, Zé de Abreu vai chorar ao lembrar o filho perdido. O artista, percebe-se, é uma pessoa do tipo “casadoira e família”. Ainda bastante jovem, durante o movimento estudantil, se envolveu com Neuza, mãe de Rodrigo. “Ele já estava mais enrascado”, conta o outro “Zé” da turma, o Mentor, deputado federal petista. Depois viveria 19 anos ao lado da atriz Nara Keiserman, mãe dos três filhos mais velhos. Está casado com Camila há oito.

Na época da ditadura, Mentor e Abreu eram mais independentes, e Dirceu, ligado à Dissidência de São Paulo (DI-SP), uma das tendências originadas do antigo PCB. “O Zé de Abreu era mais radical”, ri Mentor. “O Zé Dirceu era mais leve. Mandava os estudantes para a universidade fazer grupo de estudo. Eu era mais da turma do (Luís) Travassos, que falava: ‘Vamos quebrar o *Estadão*, o Citibank’. Eu era mais porra-louca”, admite o ator. Estavam juntos quando a polícia prendeu todo mundo no Congresso da União Nacional dos Estudantes em Ibiúna (SP), em 1968. Abreu e Mentor saíram dias depois. Dirceu, Travassos (então presidente da proibida UNE) e Vladimir Palmeira foram mantidos presos e seriam libertados somente um ano depois, em troca do embaixador norte-americano Charles Elbrick, sequestrado pelo MR-8 e pela Ação Libertadora Nacional em 1969. Zé de Abreu, enquanto isso, mudou-se para o Rio de Janeiro, descolou um emprego de vendedor de máquinas Olivetti como fachada e continuou no apoio às ações clandestinas. Quando foi chamado pela concorrente, a multinacional IBM, topou na hora. Era o disfarce perfeito.



**Exposição. Assíduo no Twitter, Abreu está nos palcos cariocas com a peça Bonifácio Bilhões. Foto: Paula Kossatz**

**“Imagina eu com um crachá da IBM:** International Business Machine Corporation. Melhor cobertura impossível.” Com o salário, comprou um DKW Fissore, um dos carros mais bacanas da época. “Fui encarregado de levar para São Paulo parte dos dólares que foram roubados do cofre da amante de Adhemar de Barros, em 1969, no meu Fissore vermelho de banco de couro, dentro de caixas de máquina de escrever da IBM. E ainda falei para os guardas que me pararam no caminho: ‘Vi um carro suspeito lá atrás’.”

“Assim como quase todo nordestino de 90 anos conheceu Lampião, todo militante ou simpatizante de esquerda com 65 anos diz ter colocado as mãos nos dólares do Adhemar”, brinca o jornalista Tom Cardoso, autor do livro *O Cofre do Dr. Rui* (Civilização Brasileira), sobre o episódio. “Durante a pesquisa para o livro, ao menos 60 entrevistados falaram que colocaram as mãos nos dólares do Adhemar.” A paixão pelos automóveis continua. Hoje Zé de Abreu se diz louco por Citroën. “É como o Geraldo Vandré falava: ‘Não vou me fantasiar de proletário’.” Ele tinha um Galaxie. Criticar o ator pelo modo de vida ou pelo fato de “ser de esquerda e trabalhar na Globo” é recorrente entre seus (muitos) adversários no Twitter, onde tem mais de 72 mil seguidores. Foi parar na emissora dos Marinho após o filme *A Intrusa*, de Carlos Hugo Christensen, vencedor de

vários prêmios no Festival de Gramado em 1980, inclusive o de melhor ator para Zé de Abreu. À época, atuava no teatro gaúcho. Sua primeira novela foi *As Três Marias* (1980). Viriam outras 15.

Zé de Abreu diz que sempre apoiou o PT, mas sua presença só se tornou visível na eleição de 2010, quando entrou com força na campanha de Dilma Rousseff à Presidência. Votou em Lula em todas as tentativas, mas, em 1994, admitiu, torceu por Fernando Henrique Cardoso. "Eu achava que FHC era melhor que Lula naquele ano. Não era a vez dele, Lula concorda comigo hoje", diz. "FHC era a literatura de axila da minha geração. Mesmo quem não lia, usava debaixo do braço."

**Na eleição de Dilma**, posicionou-se de tal forma a ponto de começarem a rolar boatos de que seria demitido da Globo, sobretudo quando fez uma transmissão ao vivo pelo Twitter na qual provocava o tucano José Serra, que "tinha abandonado o mandato até como presidente da UNE". Na noite do último debate da eleição presidencial, na emissora carioca, foi buscar a petista no heliponto, com o carrinho de golfe do Projac, e a levou até os estúdios. Quando Dilma fez o discurso da vitória, o ator global apareceu de "papagaio de pirata" em todos os jornais no dia seguinte. "Aquela foto me ferrou", afirma.

Aí foi ele quem começou a achar que exagerava e decidiu procurar a direção da emissora para ver se havia algum problema. "Eu incomodo?", perguntou a Otávio Florisbal, então diretor-geral da TV Globo. "Inspire-se em Dias Gomes, Paulo Pontes e Oduvaldo Vianna Filho. Você vai precisar correr muito para chegar aos pés deles", teria dito Florisbal, nas palavras do próprio Zé de Abreu. "Posso estar imaginando, mas foi mais ou menos assim".



**Papagaio de pirata. No fundo, durante o discurso da vitória de Dilma Rousseff. "Aquela foto me ferrou". Foto: Buda Mendes/Latin Content/ Getty Images**

Fato é que não só segue contratado como acabou selecionado para um papel importante em *Avenida Brasil*, que lhe rendeu o prestigiado prêmio da Associação Paulista de Críticos de Arte de melhor ator de tevê do ano de 2012. A risadinha (*hahaha*) de Nilo, sua marca registrada, nasceu de um ímpeto "socialista" do ator de valorizar o trabalho da maquiadora, que passava mais de uma hora a deixar feios os seus dentes, escondidos por baixo da espessa barba do personagem. Atualmente, está em cartaz na peça *Bonifácio Bilhões*, um texto meio datado cujo principal chamariz é a presença do "Nilo", com estreia em São Paulo prevista para

abril.

Em 2012, Zé de Abreu voltou à carga nas críticas virtuais, inclusive a jornalistas da Globo, durante o julgamento do "mensalão". Ele não acredita na compra de votos. "Que 'mensalão'? Eu sei que não aconteceu. Este julgamento foi o maior espetáculo virtual, uma grande farsa. Como uma pessoa sem foro especial como Zé Dirceu é julgado sem ter direito a recurso?", critica. Pondero que se comprovou, no mínimo, caixa 2. "Óbvio. Sim, cometemos esse crime. Mas quantas vezes o Lula tentou ser eleito sem entrar no esquema e perdeu? Não se elege um presidente com 10 mirréis."

Se na Globo o ator não encontrou problemas por sua militância no PT, o mesmo não se pode dizer da Abril. Alvo constante de blogueiros da editora dos Civita, recebeu um recado da direção: está vetado nas páginas da *Contigo!*, a revista de fofocas de maior circulação do País, por "estar batendo muito no patrão". "O Roberto Civita queria ser o Roberto Marinho, mas Roberto Marinho era um homem inteligente. Achei o Civita um ser humano torto, nasceu acéfalo", dispara. "Agora, para um cara bilionário como ele se preocupar comigo é porque sou bom pacas."

**A última polêmica** nas redes sociais não tem a ver com política: ele declarou-se bissexual, para espanto de muitos. Homossexual assumido, o autor de novelas Aguinaldo Silva duvidou. "Sabe o que eu acho, Zé? Tu tá gozando com nossa cara, isso sim", provocou Silva no Twitter. Zé de Abreu parece ter se divertido tanto com a história que chegou a gravar um vídeo no qual aparece como "namorado" do comediante Rafinha Bastos, já visto por mais de 650 mil internautas no YouTube.

Zé de Abreu é ou não bissexual? "Sou machista, luto todos os dias contra isso. Uma vez, minha mãe brigou com minha mulher porque eu estava lavando pratos. 'Filho meu não lava prato!' O que posso fazer? Fui criado assim. Então pensei que, para vencer meu machismo, meus preconceitos, teria de fazer parte de uma minoria. Não posso fingir que sou negro, nem que sou índio, nem que sou gay. 'Mas bissexual vão acreditar', pensei. Foi por isso que falei", confessa. Ao lado, o filho Cristiano balança a cabeça: "Eu achei ridículo".

---

**CYNARA MENEZES** é jornalista e escreve para esta publicação. **Revista CARTA CAPITAL, Março de 2013.**